

NAOMI ANAUE BURDA

**GEOTECNOLOGIAS APLICADAS À GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA
CIDADE DA LAPA (PR): CONSTRUÇÃO DO ATLAS DIGITAL DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO**

**PONTA GROSSA
2009**

NAOMI ANAUE BURDA

**GEOTECNOLOGIAS APLICADAS À GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA
CIDADE DA LAPA (PR): CONSTRUÇÃO DO ATLAS DIGITAL DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

**Ponta Grossa
2009**

B949g Burda, Naomi Anaue
Geotecnologias aplicadas à gestão do patrimônio cultural na cidade da Lapa (PR) : construção do Atlas digital do patrimônio arquitetônico. / Naomi Anaue Burda. Ponta Grossa, 2009. 144f.
Dissertação (Mestrado em Geografia – Área de Concentração : Dinâmicas Regionais e Urbanas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias
1. Atlas digital. 2. Patrimônio cultural. 3. Lapa. 4. Gestão
I. Matias, Lindon Fonseca. II. T.

CDD: 363.69

TERMO DE APROVAÇÃO

NAOMI ANAUE BURDA

**"GEOTECNOLOGIAS APLICADAS À GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA
LAPA (PR): CONSTRUÇÃO DO ATLAS DIGITAL DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO."**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias
UNICAMP


Prof.ª Dr.ª Salete Kozel Teixeira
UEPR


Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky
UEPG

Ponta Grossa, 19 de fevereiro de 2009

Dedico este trabalho à tia Vera, por ter me apoiado durante toda esta trajetória e por sempre incentivar e acreditar em meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder suas bênçãos e forças para a concretização desta etapa em minha vida.

Ao Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias, pela amizade, competência e dedicação incondicional na orientação desta pesquisa. Suas valiosas sugestões foram imprescindíveis para a realização deste atlas, a quem eu devo grande parte destes resultados e principalmente, ao meu amadurecimento intelectual enquanto mestranda.

Aos meus familiares, especialmente a minha mãe e a minha tia, que sempre me incentivaram a continuar os estudos, mesmo diante das dificuldades financeiras.

Ao meu companheiro Fabio, pelo carinho, amizade, pelas colaborações nesta pesquisa e especialmente pelo respeito e compreensão de minhas escolhas.

Aos professores Dr. Leonel Brizolla Monastyrski e Dr^a. Salete Kozel Teixeira, pelas importantes observações feitas para o aprimoramento deste trabalho. A prof. Dr^a Cicilian Luiza Löwen Sahr, por tão prontamente me auxiliar durante as viagens para orientação em Campinas.

Aos meus amigos Jonson, Isabel, Raquel e Eliane, pelas palavras de incentivo. As minhas amigas e colegas de mestrado Gisele, Janaína, Marli, Paula e Rosane, pelas frutíferas discussões e pelo conforto nos momentos de angústia divididos nestes dois anos.

Aos funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Curitiba e da Prefeitura Municipal da Lapa, por auxiliarem com os materiais e entrevistas coletados para este trabalho.

A todos aqueles que de uma forma ou outra colaboraram para a realização desta pesquisa e acreditam que esta possa futuramente resultar em outras idéias.

Não se deve ir atrás de objetivos fáceis, é preciso buscar o que só pode ser alcançado por meio dos maiores esforços.

Albert Einstein

RESUMO

Esta pesquisa buscou contribuir para a gestão do patrimônio cultural arquitetônico da cidade da Lapa, através da elaboração do Atlas Digital do Patrimônio Histórico Arquitetônico do Centro Histórico utilizando geotecnologias. Houve o uso das geotecnologias, como a Cartografia Digital, Sensoriamento Remoto, Sistema de Posicionamento Global e Sistema de Informações Geográficas, que foram a base para a elaboração do Atlas Digital.

A justificativa está na necessidade de instrumentos para auxílio da gestão do patrimônio, como o Atlas Digital, para ser implantado e empregado na gestão pública e pela sociedade. As geotecnologias são importantes para a gestão municipal, pois é crescente a demanda por processos de integração de informações e o georreferenciamento das mesmas.

A linha teórico-metodológica adotada foi a corrente da geografia crítica, pois estabelece uma leitura crítica dos fenômenos, tentando diminuir as diferenças sócio-econômicas e regionais, entendendo que eles resultam de relações de poder. A geografia crítica tem uma proposta pluralista e aberta, dialogando com diversas correntes e suas características são considerar a abordagem social; os fenômenos se concretizando no espaço; e a união entre objeto e sujeito, influenciada pela visão social de mundo do investigador.

Os resultados desta pesquisa revelam um Centro Histórico com edificações preservadas, mas deficiente quanto a instrumentos técnicos, especialmente informações cartográficas, que possam contribuir para as atividades de gestão do patrimônio cultural arquitetônico. Esse espaço está sujeito aos ditames da exploração capitalista, mas em compensação existe também a identificação da sociedade enquanto parte integrante deste patrimônio arquitetônico, onde os estilos dos casarios são como uma forma de materialização da produção social de uma época. Também a necessidade de instrumentos como este Atlas Digital, para ser implantado e empregado na gestão pública, visando uma melhor administração e uso do patrimônio arquitetônico na sua forma de conhecimento, divulgação e usufruto pela sociedade de forma mais ampla.

Palavras-chave: Atlas digital. Patrimônio cultural. Lapa. Gestão.

ABSTRACT

This research searched to contribute for the management of the cultural patrimony architectural of city of the Lapa, through the elaboration of Digital Atlas of the Historic Architectural patrimony of the Historical Center using geotechnologies. There was the use of the geotechnologies, as the Digital Cartography, Remote Sensoriament, Global Positioning system and System of Geographic Information, that had been the base for the elaboration of Digital Atlas.

The justification is in the necessity of instruments for aid of the management of the patrimony, as the Digital Atlas, to be implanted and to be used in the public administration and by the society. The geotechnologies are important for the municipal management, therefore it is increasing the demand for processes of integration of informations, and the georeferencing of the same ones.

The line theoretician-metodologic adopted was the chain of critical geography, therefore it establishes a critical reading of the phenomena, trying to diminish the partner-economic and regional differences, understanding that they result of relations of power. Critical geography has a proposal pluralist and opened, dialoguing with diverse chains and its characteristics they are to consider the social boarding; the phenomena if materializing in the space; e the union between object and citizen, influenced to the social view of world of the investigator.

The results of this research reveal a Historical Center with preserved constructions, but deficient as much the technical instruments, especially cartographic information, that can contribute for the activities of management of the cultural patrimony architectural. This space is subject to the rules of the capitalist exploration, but in compensation there is also an identification of the society while part integrant of this architectural patrimony, where the styles of the casarios are like a form of materialization of the social production of a time. Also the necessity of instruments as these Digital Atlas, to be implanted and to be used in the public administration, aiming at one better administration and use of the architectural patrimony in its knowledge form, spreading and fruition for the society in an ampler form.

Key-words: Digital Atlas. Cultural patrimony. Lapa. Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Igreja Matriz de Santo Antônio.....	20
Figura 2 - Museu Tropeiro.....	23
Figura 3 - Monumento ao Tropeiro.....	24
Figura 4 - Casa com tombamento compulsório.....	35
Figura 5 - Rochas do Grupo Itararé, Escarpa Devoniana Parque Estadual do Monge.....	41
Figura 6 - Casa da Memória.....	78
Figura 7 - Casa Lacerda.....	80
Figura 8 - Visão noturna da Igreja Matriz de Santo Antônio.....	81
Figura 9 - Câmara de Câmara e Cadeia/Museu de Armas.....	81
Figura 10 - Museu Tropeiro.....	82
Figura 11 - Prefeitura Municipal da Lapa.....	82
Figura 12 - Panteon dos Heroes.....	83
Figura 13 - Teatro São João.....	83
Figura 14 - Memorial Ney Braga.....	84
Figura 15 - Inauguração da Praça General Carneiro.....	85
Figura 16 - Fórum Doutor Marcelino Nogueira e Rua das Tropas.....	86
Figura 17 - Fórum Doutor Marcelino Nogueira atualmente.....	86
Figura 18 - Planta Cadastral da cidade da Lapa (1900).....	88
Figura 19 - Exemplo de página do inventário de bens arquitetônicos.....	89
Figura 20 - Exemplo de página do banco de dados dos bens tombados.....	89
Figura 21 - Base cartográfica georreferenciada do Centro Histórico da Lapa.....	102
Figura 22 - Exemplo de consulta ao Atlas Digital: Igreja localizada na área central.....	103
Figura 23 - Casarões com má conservação no Centro Histórico.....	107
Gráfico 1 – Produto interno bruto da Lapa em 2006.....	55

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município da Lapa no Brasil.....	124
Mapa 2 - Localização do Município, Perímetro Urbano e Centro Histórico da Lapa.....	125
Mapa 3 - Delimitação da área de estudo do Centro Histórico da Lapa.....	126
Mapa 4 - Tipo de pavimento das vias do Centro Histórico da Lapa.....	127
Mapa 5 - Data de construção dos casarões do Centro Histórico da Lapa.....	128
Mapa 6 - Vegetação Arbórea do Centro Histórico da Lapa.....	129
Mapa 7 - Estilo Arquitetônico das edificações do Centro Histórico da Lapa.....	130
Mapa 8 - Tipo de cobertura das edificações do Centro Histórico da Lapa.....	131
Mapa 9 - Estado de conservação das edificações do Centro Histórico da Lapa.....	132
Mapa 10 - Material da estrutura das edificações do Centro Histórico da Lapa.....	133
Mapa 11 - Tipo de forro dos casarões do Centro Histórico da Lapa.....	134
Mapa 12 - Situação da instalação elétrica no Centro Histórico da Lapa.....	135
Mapa 13 - Tipo de piso das edificações do Centro Histórico da Lapa.....	136
Mapa 14 - Instalação sanitária das edificações do Centro Histórico da Lapa.....	137
Mapa 15 - Material de construção das edificações do Centro Histórico da Lapa.....	138
Mapa 16 - Material de vedação das edificações do Centro Histórico da Lapa.....	139
Mapa 17 - Hipsometria do Centro Histórico da Lapa.....	140
Mapa 18 - Uso da terra no Centro Histórico da Lapa – 1990.....	141
Mapa 19 - Uso da terra no Centro Histórico da Lapa – 2009.....	142
Mapa 20 - Zoneamento Plano Diretor de 2003 - Centro Histórico da Lapa.....	143
Mapa 21 - Roteiro Turístico: Centro Histórico da Lapa.....	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução populacional na Lapa	52
Quadro 2 - Rendimentos da população lapiana em 2000.....	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - POR UMA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO.....	16
1.1 A ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO.....	16
1.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO E A SUA JURISDIÇÃO.....	32
1.2.1 Leis Federais.....	34
1.2.2 Leis Estaduais.....	39
1.2.3 Leis Municipais.....	40
1.2.4 Cartas Patrimoniais.....	43
1.3 A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	46
1.3.1 Características do espaço urbano da Lapa (PR).....	51
CAPÍTULO II - O PAPEL DOS ATLAS NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO.....	59
2.1 A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO CARTOGRAFICO.....	60
2.1.1 Atlas analógicos e atlas digitais.....	64
CAPÍTULO III - CONSTRUÇÃO DO ATLAS DIGITAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO DA CIDADE DA LAPA (PR).....	75
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO DA CIDADE DA LAPA (PR).....	75
3.2 DEFINIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS GEORREFERENCIADOS.....	84
3.3 MAPEAMENTO TEMÁTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO.....	90
CAPÍTULO IV - O ATLAS DIGITAL COMO INSTRUMENTO PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO DA LAPA (PR).....	96
4.1 ATLAS E GESTÃO: A UTILIDADE DESTE INSTRUMENTO PARA UMA GESTÃO EFICIENTE NO CENTRO HISTÓRICO DA LAPA.....	96
4.2 A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO ATLAS DIGITAL NA ATIVIDADE DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXO A – LEIS PATRIMONIAIS.....	121
ANEXO B – ATLAS DIGITAL DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DO CENTRO HISTÓRICO DA LAPA (VERSÃO ANALÓGICA).....	123

INTRODUÇÃO

A cidade da Lapa (PR) tem seu Centro Histórico tombado desde 1989 e possui um significativo patrimônio cultural arquitetônico dos séculos XIX e XX ainda preservado, o que lhe dá destaque no Estado do Paraná.

O conjunto do seu Centro Histórico engloba uma área de 23,41 hectares, com 14 quadras e 258 imóveis.¹, formados por edificações com arquiteturas do estilo italiano, colonial português, luso-brasileiro, inglês e uma senzala, entre outros. Todavia, os dados georreferenciados são ainda inexistentes, fornecendo a partir desta pesquisa um suporte para um monitoramento mais eficaz da situação do patrimônio e estudos sobre a produção do espaço nesta cidade.

O principal objetivo desta pesquisa é a elaboração de um Atlas Digital do patrimônio cultural arquitetônico, construído através de instrumentos de geotecnologias, destinado ao auxílio da gestão do patrimônio cultural na cidade. Busca-se, por meio desta pesquisa, apresentar à sociedade, especialmente à lapiana, uma alternativa inovadora de conhecer o seu patrimônio cultural arquitetônico, disponibilizando uma obra de representação do espaço geográfico de interesse a todos os cidadãos, em especial aos gestores públicos do patrimônio cultural.

O Atlas Digital tem como informações as características gerais e específicas do patrimônio cultural arquitetônico e do território do Centro Histórico da Lapa (PR), envolvendo temáticas diversas que visam subsidiar o conhecimento e a gestão do patrimônio cultural na cidade. Congrega informações cartográficas e banco de dados georreferenciado, imagens de satélite, fotografias aéreas, e fotografias antigas e atuais da área patrimonial

¹ PARANÁ, S. do E. da C. *Lapa um passeio pela memória*. Coordenação Rosina Coeli Alice Parchen. Redação final Teresa Urban. Curitiba: SEEC, 1993. 173 p. (Cadernos do patrimônio. Série estudos; 4).. Há uma discordância quanto ao número de edificações por diversos órgãos, a Prefeitura e a Secretaria de Estado e Cultura enumera 235, o IPHAN 258.

integradas em um ambiente de Sistemas de Informação Geográfica suportado pelo software ArcGIS.

A fundamentação teórico-metodológica é embasada na corrente da Geografia Crítica, urbana e teorias sobre a Cartografia, onde as geotecnologias são um complemento para a formação do material cartográfico do trabalho.

A metodologia baseia-se em um levantamento minucioso de dados documentais, fotográficos, cartográficos, registros em campo, entrevistas e análises, que resultaram na produção do Atlas Digital e reflexões encontradas ao longo deste trabalho.

A dissertação começa no CAPÍTULO I – POR UMA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO, que está dividido três partes. Na primeira, A ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO, realiza-se uma abordagem sobre a contribuição da ciência geográfica para a compreensão de uma melhor gestão do patrimônio, apresentando importantes concepções teóricas sobre a análise desse tema, bem como os fatores que o influenciam.

Na segunda parte O PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO E A SUA JURISDIÇÃO discute-se sobre como ocorre a produção do espaço urbano em locais onde há a presença de um patrimônio cultural arquitetônico. O espaço geográfico nas áreas patrimoniais é visto em múltiplas faces, como espaço “puro”, espaço como resultante do trabalho da sociedade, espaço da totalidade e o espaço com suas rugosidades. As leis existentes podem ser grandes aliadas a uma gestão adequada, porém devem combinar com a realidade urbana existente. Por isso, neste texto explica-se sobre como as leis podem colaborar ou até mesmo bloquear certas ações no patrimônio. Também como uma gestão apropriada deste espaço geográfico pode contribuir para a sua melhoria e quais agentes estão atuando neste processo são assuntos abordados.

A terceira parte, A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, analisam-se as diferentes maneiras que o espaço geográfico pode ser visto através do patrimônio cultural, caracteriza-se o espaço urbano lapiano através de dados e interpretação sobre o turismo, economia, sociedade, classes sociais, população e dados gerais.

O capítulo II O PAPEL DOS ATLAS NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO retrata-se a contribuição do conhecimento cartográfico para a Geografia e a elaboração dos atlas existentes; a evolução das técnicas de construção cartográficas do meio analógico para o digital; e um minucioso levantamento sobre os atlas atuais e a sua colaboração para o conhecimento geográfico.

O capítulo III CONSTRUÇÃO DO ATLAS DIGITAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO DA CIDADE DA LAPA (PR) define-se as características arquitetônicas do local segundo as instituições de tombamento e prefeitura e sobre como foi construído o Atlas Digital do Patrimônio Arquitetônico da Lapa, onde se relata a coleta de materiais, a escolha e construção dos temas do Atlas Digital, as mudanças da base de dados de seu estado inicial até o final.

E o capítulo IV O ATLAS DIGITAL COMO INSTRUMENTO PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO DA LAPA (PR) resume-se como o resultado final desta pesquisa pode ser útil para a gestão, com exemplos de situações que os gestores podem se deparar e as possíveis soluções para a preservação adequada do patrimônio.

CAPÍTULO I

POR UMA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO

O patrimônio cultural é objeto de disputa econômica, política e simbólica entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil.

Maria Tereza Paes Luchiari, 2005.

O patrimônio cultural arquitetônico é objeto de estudo de diversas áreas científicas, como Arquitetura, Museologia, Artes, História e outras. Partindo-se do princípio que o patrimônio faz parte do espaço geográfico, este também é objeto de estudo da ciência geográfica, onde novas abordagens existem sobre este assunto. Uma perspectiva de análise do patrimônio voltado para o auxílio à gestão está presente em novos debates da Geografia, onde através da análise do patrimônio pode-se encontrar subsídios para a compreensão do processo da organização do espaço, especialmente o urbano.

1. A ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO

Não há um consenso sobre o termo do que é patrimônio cultural arquitetônico. Considera-se este associado ao conceito de patrimônio cultural, que não são somente os “imóveis isolados, igrejas e palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis.”² Aqui será considerado patrimônio cultural arquitetônico um conjunto significativo de bens imóveis, com importância histórica, arquitetônica, social e paisagística, que é exemplificado com o Centro Histórico da Lapa (PR).

O patrimônio cultural arquitetônico atualmente está sendo alvo de estudos da Geografia. Está presente em trabalhos como estudos da formação territorial ou espacial de

² IPHAN. *Patrimônio Cultural*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

um patrimônio, a participação dos grupos sociais do local, a refuncionalização do espaço de acordo com as mudanças temporais, a utilização das geotecnologias no tratamento da informação espacial sobre o patrimônio, a Geografia como ciência que serve como base para as atividades turísticas e o turismo.

O planejamento e a gestão estão inseridos no capitalismo neoliberal, que é a mudança da economia do intenso controle estatal, para o controle das grandes corporações multinacionais e transnacionais, que adaptam o mundo conforme suas regras.³ As ações de planejar e gerir são associadas a políticas públicas que ainda levam a um controle da terra e a manutenção do poder, ao invés da sua sociabilidade. O surgimento de leis que estabelecem regras para gerir o território, tais como o Estatuto da Cidade, colocou em xeque a questão sobre se esses documentos elaborados para a gestão auxiliam ou prejudicam o desenvolvimento das cidades e o seu acesso aos grupos sociais diferentes.

A questão do planejamento e gestão do patrimônio cultural arquitetônico neste trabalho será associada ao conceito trabalhado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁴ (2008) de gestão de bem patrimonial, que consiste em

Restaurar ou consolidar o bem tombado;
Estudá-lo, comparar versões sobre a sua história;
Discutir opiniões, planejar o seu aproveitamento;
Conscientizar a população do entorno;
Sinalizar o local, revitalizá-lo e fornecer qualificações aos seus usuários.

Embora o planejamento urbano e a gestão política sejam termos de abrangência muito mais ampla, como, por exemplo, trabalhar esse tema com patrimônio mundial e espaços regionais ou até mesmo globais; aqui o planejamento e a gestão serão abordados em um nível local, valorizando o patrimônio, conhecendo, difundindo, aproveitando e educando a população, com trabalhos voltados para o local. Isso porque, mesmo estando relacionado

³ GRZYBOWSKI, C. *A encruzilhada da globalização*. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/geo01.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

⁴ PARANÁ, S. E. da C. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=258>>. Acesso em: 25 jul. 2008.

aos espaços de outras cidades, países e até o mundo, o patrimônio encontrado na Lapa é importante em sua singularidade enquanto espaço local.

Para Monastirsky⁵ as modificações sobre o patrimônio enfocam a união entre o poder público e o poder do capital. Estes interferem na seleção do que será considerado patrimônio, bem como as políticas de preservação, conservação, revitalização, manutenção, restauração e as funções e os usos que terão esses patrimônios.

A preservação é um “conjunto de ações que visam garantir a permanência dos bens culturais”.⁶ Já a conservação é uma “intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem, com o intuito de conter a sua deterioração”.⁷ Para o patrimônio cultural arquitetônico, seria garantir a permanência e a manutenção da integridade física dos casarões, monumentos, praças, material fotográfico e iconográfico, entre outros. Uma gestão preocupada com uma verdadeira conservação e preservação devem estar presentes constantemente em áreas com um patrimônio cultural.

A revitalização pretende alcançar “a memória local e a identidade dos indivíduos que convivem com aquele bem patrimonial no dia a dia, de modo que ele seja reinserido na vivência cultural local.”⁸ É necessário que os grupos sociais tenham então raízes com os bens patrimoniais, e estes bens serem uma referência para a sociedade local. Uma ação de revitalização de um centro histórico deve acompanhar o crescimento urbano e os processos de modernização, porque o espaço urbano está em processo de constante transformação, e os espaços onde se encontram os bens patrimoniais hoje não são os mesmos da época da sua construção, e nem mesmo a sociedade ali presente.

⁵ MONASTIRSKY, L. B. “*Ferrovia: patrimônio cultural, estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais*”. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC/CFH/PPGGeo, 2006, p.17.

⁶ IPHAN. Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003. *Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

⁷ IPHAN, 2003, id.

⁸ PARANÁ, S. E. C., 2008, op. cit.

A manutenção é uma ação que permite a continuidade e efetivação da conservação. A restauração são intervenções de aspecto intensivo, que tem como meta desvelar a verdadeira expressão e a eternidade do bem patrimonial, conciliando as marcas temporais de sua permanência.⁹ Isso se reflete na manutenção e restauração dos equipamentos considerados bens patrimoniais, de forma que esteja em harmonia com a cidade atual. Mesmo que se tenha um monumento do século XVIII, como, por exemplo, a Igreja Matriz de Santo Antonio da Lapa (Figura 1), sua permanência no local não agride o entorno construído pela sociedade atual, e nem este entorno prejudica o edifício citado.

As modificações urbanas e as patrimoniais são resultantes da ação concreta originada dos diferentes discursos. Políticos, gestores, arquitetos, engenheiros, cientistas sociais (entre eles, o geógrafo) devem se engajar para contribuir na gestão, que aqui será chamada de gestão do patrimônio cultural arquitetônico. A contribuição diferencial do geógrafo é a capacidade deste profissional em entender a dinâmica do espaço geográfico, e consequentemente compreender sobre como a presença e a modificação através da gestão do patrimônio influenciará esse espaço e a vivência da população ali presente. Ao se tratar de gestão patrimonial, se estará trabalhando com um bem que está inserido no espaço geográfico, principal objeto de estudo da ciência geográfica, por isso o termo gestão geográfica.

⁹ IPHAN, 2003, op. cit.



Uma das pesquisas importantes realizadas por geógrafos na área patrimonial foi realizada por Luchiari.¹⁰ Em um de seus artigos, *A Reinvenção do Patrimônio Arquitetônico no Consumo das Cidades*, a autora discute a segregação socioespacial causada pelas novas territorialidades resultantes da refuncionalização do patrimônio. Sua concepção enfoca que os itens formadores do patrimônio arquitetônico (monumentos, casarões, praças, museus) conduzem a um outro tratamento do seu consumo cultural. Neste exemplo, o patrimônio deixou de ter seu verdadeiro valor, que é de remeter ao passado, à memória e identidade de um lugar; para dar lugar ao valor capitalista, onde o lucro e a mistificação do local são ações de *marketing* para os turistas.

Isso é comprovado pela visão de cidade de Rodrigues¹¹, pois quando se mistifica um local, está se criando uma cidade ideal, onde o espaço é criado e o tempo é lembrado por

¹⁰ LUCHIARI, M. T. D. P. *A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades*. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 17, 2005, p. 95-105.

¹¹ RODRIGUES, A. M. *A cidade como direito*. Scripta Nova-Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Universidade de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (33), 1 de agosto de 2007.

abstrações. Mas essa cidade real está distante do que a autora denomina de cidade como direito, que contém o patrimônio no espaço concreto e no tempo presente, sendo sujeito às ações do tempo e às ações sociais.

A cultura foi fadada a depender do capitalismo, pois este adota o patrimônio cultural arquitetônico e sua cultura como integrantes do círculo econômico capitalista. Isso transparece quando a memória passa a ser construída para o futuro, quando ela é inventada e projetada, para posteriormente, ter sentido simbólico.¹² Portanto, temos hoje paisagens artificializadas, onde o turista conhece um lugar que não existe na realidade, mas que foi inventado. O visitante não está então adquirindo uma cultura, e sim está se alienando da realidade do lugar visitado.

A cidade, objeto de estudo da ciência geográfica, bem como a sua história, está sendo modificada e “fabricada” para a sociedade. Quando se estuda um patrimônio cultural, está se referindo aos valores dados “as formas e às práticas culturais”¹³ que conduzem a modificações e seleções voltadas para um projeto político de gestão.

As decisões de gestão sempre irão conter a estrutura social de cada tempo, e isso justifica porque alguns bens culturais são tombados e outros não. Especialmente em nosso país, em algumas décadas passadas, e aqui se insere também o patrimônio cultural da Lapa (PR), somente eram tombados os bens com significativo valor cultural e histórico para a sociedade de elite. Isso atualmente está mudando, com a inclusão da cultura popular e seus modos de vida e de fazer no processo de tombamento e gestão das cidades.

A refuncionalização do patrimônio cultural atua nas cidades. Esta consiste na nova função e a criação de uma nova organização territorial de uma área patrimonial. Mas quais são as consequências desse fenômeno? Seria a integração do patrimônio subordinada às ideologias neoliberais do mercado, ou seja, readequá-lo como pura e simples mercadoria?¹⁴

¹² LUCHIARI, M. T. D. P., 2005, id., p. 96.

¹³ LUCHIARI, M. T. D. P., 2005, id.

¹⁴ LUCHIARI, M. T. D. P., 2005, id., p. 97.

Escolher também o que fará parte do patrimônio, mesmo na Geografia, faz parte de uma seleção não neutra. Como foi dito anteriormente, faz parte de uma decisão entre o setor público e o capitalismo. Levando em consideração que o patrimônio cultural vai desde as expressões, os modos de viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras e manifestações sócio-culturais, os conjuntos urbanos e sítios históricos e naturais¹⁵; existem dois tipos de patrimônio:

- a) O patrimônio material, que consiste em um conjunto de bens culturais, com leis específicas e é caracterizado em arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico e das artes aplicadas.
- b) O patrimônio imaterial são as ações, representações, expressões, conhecimentos e técnicas; bem como instrumentos, objetos, artefatos e lugares que são associados a grupos sociais.¹⁶

Alguns geógrafos se interessam por estudos do patrimônio material, visto que ele é concreto e mais fácil de ser analisado pragmaticamente, ter seus dados coletados, seus documentos registrados e seus elementos cartografados. Mas o patrimônio imaterial também deve ser alvo de interesse dos estudos geográficos, visto que devem ser ampliadas as metodologias da Geografia para estudar as histórias orais, o artesanato, as festas religiosas, as danças, o folclore e os modos de vida de uma população.

O patrimônio cultural também pode ser definido a partir de dois conjuntos: o definidor de identidade e o mistificado. O primeiro consiste em possuir originalidade nos signos e os monumentos, por serem identificados pela sociedade usuária.¹⁷ Na cidade da Lapa, por exemplo, o uso simbólico do Tropeirismo levou a utilização de objetos relacionados, como a cuia de chimarrão, a vestimenta do pala gaúcho, o costume de ouvir

¹⁵ IPHAN. *Conceitos patrimônio material e imaterial*. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 29 abr 2007.

¹⁶ IPHAN, 2007, id.

¹⁷ LUCHIARI, M. T. D. P., 2005, op. cit., p. 98.

músicas gaúchas; e nos monumentos, temos como exemplo o Museu do Tropeiro e o Monumento ao Tropeiro, representados nas Figuras 2 e 3.



Figura 2 – Museu Tropeiro

Fonte: <<http://www.lapa.pr.gov.br>>, s. d. Acesso em: 05 ago. 2008.

O segundo tipo de patrimônio é “maquiado”, reproduzido pela técnica, e é o patrimônio mais encontrado na atualidade, onde há a presença de uma ficção que prioriza o embelezamento e inventa a memória via espetáculo.

Esse ponto de vista também é apresentado por Cifelli¹⁸, que pesquisou sobre o patrimônio de Ouro Preto e argumentou que:

A utilização dos centros históricos tombados como cenários para propagandas publicitárias vem se constituindo uma prática frequente em nível mundial. Tais centros servem como cenários de ambientação de filmes, novelas, como meios de merchandising de mercadorias, propagandas políticas, promoção de eventos, shows e espetáculos que divulgam e popularizam a imagem espetacularizada de tais cidades, as quais se aproveitam desses recursos para a captação de investimentos e turistas. Assim, os próprios locais onde certas cenas de filmes e novelas foram feitas tornam-se atrativos turísticos.

Atualmente estamos vivenciando uma “inclusão tardia” da conscientização



Figura 3 – Monumento ao Tropeiro

Fonte: <<http://www.lapa.pr.gov.br>>. s. d. Acesso em: 05 ago. 2008.

¹⁸ CIFELLI, G. *Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto- MG*. 2005, 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, p. 91.

sobre a importância do patrimônio cultural, onde todas as formas de cultura são valorizadas. O Brasil enquanto país periférico demorou a assimilar a política de proteção ao patrimônio cultural, e também traz resquícios sobre o patrimônio subordinado ao capitalismo.

Os geógrafos devem fazer essa seleção dos patrimônios envolvendo muito mais do que as intensas modificações do território. Deve-se compreender como este patrimônio foi construído, que atores sociais participaram e participam de sua elaboração, as influências causadas na sociedade local até a global e vice-versa. Só assim se estará aplicando de maneira correta a Geografia na questão patrimonial. Luchiari¹⁹ enfatiza esse papel, dizendo que se devem observar os motivos que levam a refuncionalização do patrimônio, seus novos valores, compreender os diferentes usos do patrimônio no território e as exclusões internas ao próprio patrimônio.

Outro aspecto relevante para a Geografia é entender os movimentos atuais de transnacionalização e desterritorialização da cultura, como por exemplo, porque os autóctones vão morar em outras cidades, vendendo os edifícios tombados; porque estrangeiros e pessoas com alto poder aquisitivo se mudam para áreas tombadas, quais atrativos chamam ou expulsam as pessoas; os processos de formação, (re)produção da área patrimonial; o perfil social local e os diferentes grupos que habitam o território.

Na Lapa é intensa a emigração de pessoas para as outras cidades, o que é explicado pela grande valorização das áreas com edifícios tombados, baixa perspectiva de futuro profissional e a falta de empregos. A vinda de pessoas com alto poder aquisitivo, já aposentadas, para morarem em chácaras nesta cidade é justificada pelo sossego na forma de vida das pessoas, que ainda preservam características de habitantes interioranos. E no futuro acredita-se que a elite voltará a ocupar esses espaços, pois será considerado *status quo* habitar casarões antigos.

¹⁹ *Apud* CIFELLI, G., 2005, op. cit. p. 99.

Quanto ao planejamento urbano e as suas intenções, há formas de planejar que reforçam uma ideologia empresarial, com o planejamento feito em fragmentos, escolhendo somente áreas que possam atrair o capital. Outras alternativas defendem a democratização, através do planejamento participativo e a inserção da população nas suas decisões. Algumas ações efetivas se dão através de projetos de revitalização de centros históricos²⁰, construção de centros de eventos, construção de monumentos à memória de pessoas ilustres.²¹ Na Lapa, temos como exemplo as Alamedas David Carneiro, as Praças General Carneiro e Castelo Branco, a Rua do Cotovelo, a antiga Rua das Tropas, o Panteon dos Heroes, a iluminação pública e os cestos de lixo em forma de lampião. Na cidade observa-se que houve uma revitalização voltada para a gestão de um consumo cultural.

Por estar atenta, em sua maioria, somente ao consumo cultural de grupos sociais privilegiados, a gestão patrimonial produz uma nova territorialidade, onde está nítida a falta de compromisso com as classes desprivilegiadas da sociedade. Uma sugestão que pode ser seguida pela Geografia é um debate sobre uma apropriação social democrática do patrimônio cultural arquitetônico²², onde todos podem ter acesso ilimitado a esse bem. O Atlas Digital pode ser um caminho para a socialização do conhecimento do patrimônio cultural arquitetônico. Outra ação possível pode ser realizada nas escolas, através de projetos de educação patrimonial, a produção de instrumentos geográficos de pesquisa (atlas, levantamentos documentais e iconográficos, banco de dados) sobre o patrimônio de interesse; e palestras com a população em geral.

O patrimônio cultural arquitetônico, portanto, pode e deve ser alvo de interesse da Geografia, conciliando e entendendo seus usos, defendendo a permanência dos autóctones, mesclando passado, presente e futuro em seu espaço e território.

²⁰ Um projeto de revitalização, segundo Luchiari (op. cit., p, 102), consiste em enobrecer, refuncionalizar, requalificar uma dada área através do investimento de diversos capitais destinados à sua apropriação.

²¹ CIFELLI, G., id., p. 101.

²² CIFELLI, G., id. p. 103.

Ao se falar de patrimônio cultural arquitetônico integrado ao capitalismo, deve-se referir ao turismo, pois esta atividade está também presente enquanto meio de inserção do patrimônio no sistema capitalista. Conforme os estudos de Cruz²³, esta autora questiona sobre como o turismo se insere na totalidade do espaço geográfico. Aqui se entende que o espaço é variado, múltiplo, bem como o patrimônio que o forma. O turismo deve ser uma atividade a se adequar nessa (re)organização do espaço geográfico, e não ao contrário.

Primeiramente, pode-se interpretar que sentido o turismo tem para a Geografia. Seria este uma prática social e uma atividade econômica, ou uma prática geradora de atividade econômica, ou como geradora de lugares emissores e receptores de turismo?²⁴ Sendo que este é uma atividade que deve servir à sociedade, para o turismo seria interessante ser concebido como uma prática social. Isso anularia a visão prévia de que o turismo deve apenas gerar lucro para seu círculo de produção continuar. Se o turismo é para a sociedade, este tem de servir a sociedade, através de incentivos ao turismo, políticas públicas de turismo, educação para o turismo, entre outros.

O turismo deve ser apreendido a partir do espaço e do território.²⁵ Esta atividade está no espaço junto com as demais atividades econômicas, respeitando os seus limites e se integrando a estas. Visto que existem vários usos econômicos no espaço, o turismo deve auxiliar os demais em suas atividades, e não prejudicar o seu andamento.

As estratégias para “turistificação” de um território têm feito um “conjunto de transformações e adaptações contínuas do território”²⁶ conformando-os à nova ordem econômica. Seguindo o exemplo do ocorrido no início do processo de tombamento do Centro Histórico da Lapa, que ocorreu via parceria entre o poder público e da iniciativa privada, houve um projeto urbanístico envolvendo estratégias de recuperação da área

²³ CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. *Geografia do Turismo: de Lugares a Pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 2007. 140 p.

²⁴ CRUZ, R. de C. A. da, 2007, id.

²⁵ CRUZ, R. de C. A. da, 2007, id.

²⁶ CIFELLI, G., 2005, id., p. 106.

central, pois possuía uma significativa densidade de bens patrimoniais não tombados, e promoveu uma propaganda mercadológica que atraiu e gerou investimentos e ganhos econômicos para a localidade, que existe até os dias de hoje.

O espaço e o território também podem produzir áreas de atração e expulsão de pessoas, como um ponto de partida e chegada. Por exemplo, um local com patrimônio tombado adequadamente, bem conservado, sem fetichizações, ou seja, sem construções de imagens falsas para os turistas, pode atrair vários usuários. Já um turismo feito sem compromisso, com a criação de pseudo-lugares²⁷, sem a preocupação de transmitir uma mensagem verdadeira sobre o lugar, pode por um primeiro momento atrair turistas, mas depois expulsá-los com o tempo.

Um fato importante no território onde se espacializa o turismo, a ser observado pela ciência geográfica, é que grupos sociais formam o território com área de patrimônio cultural arquitetônico. No período diurno, pode-se encontrar tipos de grupos sociais formados por funcionários públicos, guias turísticos, comerciantes, turistas. Já no período noturno, esse território pode ser substituído por grupos sociais de ladrões, agressores, prostitutas, traficantes.

Não cabe a Geografia selecionar ou excluir os grupos sociais presentes no espaço e alvo de seu interesse, muito menos esconder a realidade presente no território. Mas sim analisar a importância de cada um desses na formação do território, porque estão exercendo suas atividades nesse local, como dividem o território etc.

O turismo pode também ser visto como integrante das redes.²⁸ Sendo uma atividade econômica inserida no espaço, esse vai gerar movimentos que formarão redes. Redes de deslocamento dos turistas entre a cidade natal e a cidade turística, redes de mercadorias, com a compra de lembranças turísticas, os gastos com hospedagem, alimentação, transporte.

²⁷ CRUZ (2007) define pseudo-lugares como não formado apenas por aparências, mas pela vida que anima e a relação entre os espaços à sua volta.

²⁸ CRUZ, R. de C. A. da, 2007, id.

Nesses locais também são criadas as redes culturais, com trocas de conhecimentos, modos de vida, culturas, religiões, entre turistas e autóctones.

O patrimônio cultural aliado ao turismo corresponde a “uma categoria de objetos que adquiriram certo *status* de prestígio e distinção ao serem discriminados enquanto patrimônio.”²⁹ São formados então verdadeiros “consumidores culturais” desse patrimônio, que possuem padrões, costumes e comportamentos influenciados pelos meios de produção simbólica e pelo mercado, e consomem uma pseudo-cultura como verdadeira promoção social.

O geoturismo é trabalhado por vários ângulos no Brasil. A partir de um estudo sobre os eventos que tratam sobre o tema Geografia do Turismo, os eventos nacionais de Geografia promovidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), nos anos de 2002 e 2004, Calvente e Galvão Filho³⁰ dividiram em alguns sub-eixos os trabalhos voltados para o turismo: os impactos socioambientais do turismo; turismo: planejamento e políticas públicas; aspectos culturais, religiosos e imaginários do turismo; turismo, geografia e ensino; estudo das potencialidades turísticas; tipologia dos fluxos turísticos.

Estudos sobre os impactos socioambientais do turismo mostram análises voltadas para a preocupação sobre até que ponto o turismo pode ser uma atividade modificadora do meio explorado. As áreas de maior enfoque são as litorâneas e as ribeirinhas, pois há um grande fluxo de turistas para esses locais. Os impactos gerados são: poluição de mares e rios, problemas com o destino dos resíduos sólidos, destruição dos monumentos e áreas naturais, a ocupação inadequada da infra-estrutura local por turistas em massa. A exclusão de mão-de-obra local por não saberem outras línguas e não conhecerem informática também é uma realidade.³¹ Do total de 46 trabalhos nessa vertente, somente 4 utilizam as geotecnologias, o

²⁹ CIFELLI, G., op. cit., p. 33-34.

³⁰ CALVENTE, M. del C. M. H.; GALVÃO FILHO, C. E. P. *A Geografia brasileira e os estudos relacionados ao turismo: uma análise dos trabalhos de dois eventos nacionais (2002 e 2004)*. Revista Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

³¹ CALVENTE, M. del C. M. H.; GALVÃO FILHO, C. E. P., 2006, id., p. 225-227.

que demonstra que falta uma análise mais detalhada sobre esse tema, pois as geotecnologias serviriam como suporte para o mapeamento e o diagnóstico dos impactos ambientais.

Estudos sobre turismo, planejamento e políticas públicas refletem sobre a influência na reorganização territorial como consequência de planejamento e gestão pública e privada; e sugestão para locais onde não há planejamento ou ações finalizadas. Alguns trabalhos importantes foram o de diagnóstico e zoneamento da densidade visual da paisagem de uma microbacia em Minas Gerais, usando as geotecnologias para subsídio do planejamento turístico da área rural.³² Outro foi a respeito da construção de cartogramas digitais do patrimônio ambiental do interior de Minas Gerais.³³ Do total de 28 trabalhos, apenas 5 empregam as geotecnologias como base, e o objeto desta pesquisa, que é a construção de um atlas digital do patrimônio cultural como subsídio à gestão, vem incentivar a questão da utilização das geotecnologias neste tema.

Em estudos sobre os aspectos culturais, religiosos e imaginários do turismo, os pesquisadores associam a atração dos turistas devido à propaganda e a seleção de locais para visitação. Como exemplo, pode-se citar o trabalho sobre o turismo étnico existente em Curitiba, devido à variedade de formação por imigrantes na cidade³⁴; e a modificação da cultura dos habitantes locais nas festas religiosas em Minas Gerais.³⁵ Do total de 22 trabalhos, nenhum abrangiam as geotecnologias, o que demonstra a dificuldade de trabalhar aliando cartografia com temas que fazem parte do patrimônio imaterial como aspectos

³² SALES, F. et. al. *Utilização de técnicas de geoprocessamento no diagnóstico e zoneamento de densidade visual da paisagem da microbacia do córrego da Goiabeira – município de Ewbank da Câmara – MG, como forma dinamizadora do planejamento turístico rural*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, Goiânia, 2004, Artigos... Goiânia: UFG, 2004. CD-ROM.

³³ OLIVEIRA, A. C. de et. al. *O uso do SIG como instrumento de planejamento do turismo: uma análise da cidade de Catas Altas da Noruega – MG*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, Goiânia, 2004, Artigos... Goiânia: UFG, 2004. CD-ROM.

³⁴ RENK, V. *Turismo étnico em Curitiba e região metropolitana: uma questão de identidade*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002, Anais... João Pessoa: UFPB, 2002. CD-ROM.

³⁵ ALVES, R. L.; SANTOS, R. J. *As festas religiosas nos distritos de Uberlândia (MG) e sua inserção como atração turística da cidade*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002, Anais. João Pessoa: UFPB, 2002. CD-ROM.

culturais, religiosos e imaginários do turismo. Esse é um novo desafio apresentado aos geógrafos neste tema.

Estudos sobre turismo, geografia e ensino são voltados basicamente para incentivarem a prática de aulas de campo com os alunos e o apoio para os autóctones com a questão de boa receptividade dos turistas.³⁶ No total de 16 trabalhos, nenhum aborda as geotecnologias, o que nos faz supor que a deficiência do emprego desses instrumentos no ensino é ainda uma realidade no Brasil, bem como a falta de material de apoio disponível a saídas de campo.

Quanto aos estudos das potencialidades turísticas, são trabalhados os potenciais dos aspectos naturais e culturais de cada lugar. Patrimônios arqueológicos, praias nordestinas, paisagens sertanejas nordestinas são os temas abordados nessa vertente. De 15 trabalhos, nenhum emprega as geotecnologias, o que ressalta a falta de informações concretas sobre o espaço nordestino, principalmente sobre aspectos de seu relevo, climas e solo, que é tão particular do restante do país.³⁷

A tipologia dos fluxos turísticos é um tema ainda incipiente para a Geografia. Foram encontrados 5 trabalhos, sem recursos de geotecnologias. Os sub-temas abordados foram o perfil dos turistas, seus objetivos na viagem, a frequência dessas viagens e o comportamento cultural desses na viagem.

Principalmente no século XXI, o turismo passou a ser uma atividade que gera não só economia, mas integração social entre os povos e o aumento de cultura. Para a Geografia, estudar as atividades turísticas, os aspectos dos turistas e dos moradores locais, a influência do patrimônio cultural como meio de conhecimento e também sua preservação e gestão fazem parte da contribuição dessa ciência.

³⁶ POLLERO, A. C. *Hospitalidade e consumo do espaço como desafio do processo produtivo do turismo*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002, Anais. João Pessoa: UFPB, 2002. CD-ROM.

³⁷ CALVENTE, M. del C. M. H.; FILHO, C. E. P. G., 2006, op. cit., p. 225-227.

Diante dessa gama de possibilidades de gestão do patrimônio cultural arquitetônico pela Geografia em conjunto com o Turismo, cabe aos órgãos públicos, empresas, políticos, sociedade civil e os próprios profissionais de geografia se engajar na luta pela utilização dos conhecimentos geográficos nas áreas patrimoniais. Sendo que a Geografia é uma ciência social, seria muito egoísta reservá-la somente a discussões teóricas sobre o espaço e território, reforçando mais uma vez a defesa pelo emprego dessa ciência nas ações práticas do turismo.

1.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO E A SUA JURISDIÇÃO

O patrimônio cultural é um bem pertencente à sociedade. Para sua conservação e segurança, foram criadas diversas leis que servem para organizar e proteger as riquezas culturais existentes.

A partir do século XIX uma análise mais detalhada sobre a proteção do patrimônio cultural começava a ser organizado. Porém, foi no início do século XX que surgiram práticas e legislações mais específicas para o patrimônio.

Durante a Revolução Francesa³⁸, o sentido de patrimônio privado ampliou-se para uma vertente pública.³⁹ Um dos primeiros tipos de normas foi uma forma de lei moral escrita por Victor Hugo em 1832, ressaltando a importância de proteção ao patrimônio histórico. Nesta época, o conceito de patrimônio era concebido como uma herança artística e monumental, pois a população estava envolvida em intenso patriotismo, em oposição aos atos revolucionários.⁴⁰

³⁸ Ocorrida em 1789.

³⁹ ABREU, R.; CHAGAS, M. (org). *Memória e patrimônio*. Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro. DP & A Editora, 2003.

⁴⁰ ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org), 2003, id.

A ideologia sobre o patrimônio nacional foi a base para a criação de instituições patrimoniais, políticas públicas e, conseqüentemente, a legislação voltada ao patrimônio cultural. Em 1940, a UNESCO foi criada, e esta organização internacional conceituou a concepção de patrimônio da humanidade, patrimônio cultural e natural; voltando-se para a vertente universalista.

O patrimônio da humanidade é formado pelos locais que por suas características históricas, culturais ou naturais representam um bem de interesse de toda a humanidade. O patrimônio natural considera todos os monumentos naturais que possuem um valor considerável esteticamente ou cientificamente, formações geológicas ou fisiográficas que compõem o habitat de espécies em extinção; lugares com valor cênico para a ciência, conservação ou para a natureza.⁴¹

No Brasil destacam-se alguns ícones no desenvolvimento da questão do patrimônio. Mario de Andrade foi um precursor nas concepções de patrimônio imaterial; que consiste nas ações, representações, expressões, conhecimentos e técnicas; bem como instrumentos, objetos, artefatos e lugares que são associados a grupos sociais. Temos como exemplo a dança, dialetos populares, artesanato, gastronomia, religião.⁴² Aloísio Magalhães registrou ações culturais junto ao Centro Nacional de Referência Cultural e Fundação Nacional Pró-Memória.⁴³

A seguir busca-se discutir se a jurisdição vem contribuindo ou não para o patrimônio e como é trabalhada a defesa deste patrimônio cultural, através das cartas patrimoniais, leis, decretos e outras formas de jurisdição. Em anexo (Anexo A), constam os sítios onde se podem encontrar estas leis na íntegra para consulta.

⁴¹ IPHAN. Decreto-lei nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977. *Promulga a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=313>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

⁴² IPHAN. *Conceitos patrimônio material e imaterial*. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2007.

⁴³ ABREU, R.; CHAGAS, M. (org), 2003, id., p. 51.

1.2.1 Leis Federais

Como a legislação principal que rege o nosso país está presente na Constituição Brasileira, serão abordadas as principais leis dessa amplitude referentes ao patrimônio.

A proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional está assegurada pelo Decreto-lei nº 25/1937.⁴⁴ O artigo 1º define o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Essa definição sobre o patrimônio, bem como a sua separação em livros tomo⁴⁵, foi benéfica para organizar e caracterizar os tipos de patrimônio. Porém, estes não devem ser encarados no espaço geográfico como separados; existindo sim, um conjunto de elementos que formam o patrimônio, onde estes se complementam. Por exemplo, como seria constituído o conjunto paisagístico da Lapa, se não fosse considerada a sociedade que o construiu, com sua história, sua cultura e os personagens principais de seu povoamento?

O artigo 8º desta lei determina que seja realizado o tombamento compulsório se o proprietário se recusar ao tombamento voluntário. Um caso desse tipo ocorreu na atual Casa de Música, Secretaria de Turismo e Centro de Informações Turísticas da Lapa, onde o antigo inquilino possuía um ponto comercial (bar) e se recusava a sair do local.

Essa ação pode ser justificada pela dificuldade da população lapiana em aderir ao tombamento no início, como se afirma em entrevista realizada o senhor José Luiz Desordi Lautert:⁴⁶ “compareceram pouquíssimas pessoas durante audiência pública do primeiro Plano Diretor (1979), que previa a efetivação da área do Setor Histórico da Lapa”. Mas

⁴⁴ IPHAN. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

⁴⁵ Segundo o SPHAN (1937) os livros tomo do patrimônio histórico e artístico nacional estão divididos em Livro do Tombo Histórico, Livro Tombo das Belas Artes, Livro Tombo das Artes Aplicadas e Livro Tombo das Artes Aplicadas.

⁴⁶ Arquiteto do IPHAN, em entrevista realizada no dia 23/08/2007.

também se afirmou que atualmente a sociedade lapiana tem uma consciência formada a respeito da importância do patrimônio cultural e possui uma boa conscientização quanto à



preservação. Aqui se questiona quais medidas foram tomadas na época do tombamento da cidade para que este tivesse pouca repercussão; também o que falta ainda para que a população seja mais consciente e mais presente na participação da preservação patrimonial.

O historiador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, o senhor Aymoré Índio do Brasil⁴⁷ discordou desse fato, quando falou: “falta ainda uma sensibilização maior dos habitantes da Lapa quanto à valorização do patrimônio, e que isso poderia ser feito através de medidas como a educação patrimonial”. Neste aspecto se inclui o Atlas Digital como material de subsídio a esse tipo ação, para ser inserido nas escolas. O artigo 17 fala sobre a ação de reparação, pintura e restauração, destruição, demolição ou mutilação do patrimônio;

⁴⁷ Historiador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, em entrevista realizada no dia 23/08/2007.

permitida somente com prévia autorização do IPHAN. Isso contribui para a preservação e conservação correta dos bens, sem que haja qualquer modificação por outras pessoas não especializadas, o que resultaria em uma possível descaracterização do patrimônio tombado. Através deste artigo pode-se justificar a demora de trabalhos de restauração nos edifícios tombados da Lapa, pois devem passar por avaliações antes de qualquer modificação.

No artigo 19 informa-se que caso o proprietário de um bem tombado não possua condições financeiras de fazer obras de restauração e conservação, deve levar à ciência do IPHAN a necessidade de tais obras, podendo estas serem realizadas a custa da União. E, se acaso não forem tomadas as devidas providências, o proprietário pode requerer o cancelamento do tombamento do bem. Aqui se demonstra que os proprietários não devem deixar ao acaso a conservação dos bens, pois é assegurado a este o apoio à sua conservação.

O artigo 22 trata sobre o direito de preferência da União, do Estado e do Município em adquirir o bem, caso haja alienação do bem tombado pelo proprietário. Por isso, na Lapa existe um elevado número de edifícios pertencentes à Prefeitura Municipal, onde funcionam atividades de gestão pública.

O artigo 23 garante o estabelecimento de acordos entre a Federação e os Estados, para um melhor andamento das ações relativas ao patrimônio histórico e artístico nacional. A lei estadual 1.211/53 segue esse padrão, o que é de importância para uma uniformização da proteção ao patrimônio em todo o país, não havendo discordância nas ações.

Na Lei nº 4.717/65⁴⁸ se determina o que é patrimônio público, sendo os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico e turístico, acessíveis a todo cidadão. Essa posse dá o direito de anular os atos que a Federação, Estados e o Município tomam em relação ao patrimônio público, se não houver acordo da população com a medida

⁴⁸ IPHAN. Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. *Regula a ação popular*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=229>>. Acesso em 17 jul. 2008.

tomada. Isso possibilita uma gestão participativa no patrimônio cultural, e uma maior integração do cidadão com as decisões de cunho político.

A Lei nº 6.766/79⁴⁹ é relativa ao parcelamento do solo urbano e define que para se lotear ou desmembrar lotes em áreas patrimoniais, se deve conseguir uma prévia autorização do Estado ou Município responsável. Aqui é garantida a restrita modificação de sítios históricos, o que possibilita a integridade e evita a descaracterização do patrimônio cultural.

O Decreto-lei 6.403/86⁵⁰ define providências a serem tomadas para isenções tributárias para imóveis de interesse patrimonial, desde o arquitetônico até o de preservação ambiental. Isenta dos tributos sobre:

A - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS): obras ou serviços de reforma, restauração e conservação de edifícios, com o objetivo de preservar suas características originais;

B – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU): desde que sejam mantidas as características originais e um estado de conservação do imóvel tolerável. Essa lei é aplicada em alguns casarões do Centro Histórico da Lapa, por um período de 10 anos, sujeita a renovação, onde os principais casarões que estão incluídos no Centro Histórico da Lapa nessa medida são citados a seguir: Teatro São João, Matriz de Santo Antonio, Museu David Carneiro, Museu Casa Lacerda, Casa de Câmara e Cadeia, e algumas casas antigas tombadas.

Uma legislação que falta ser implantada com mais ênfase é a Instrução Normativa nº 1/2003⁵¹, onde se incentivam o acesso aos bens imóveis sem distinção as pessoas, sendo que

⁴⁹ IPHAN. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. *Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=207> >. Acesso em: 17 jul. 2008.

⁵⁰ IPHAN. Decreto-lei nº 6.403, de 29 de dezembro de 1986. *Disciplina os procedimentos para o reconhecimento das isenções tributárias relativas aos imóveis de interesse histórico arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação ambiental*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=304>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

⁵¹ IPHAN. Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003. *Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portallbaixaFcdAnexo.do?id=355>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

na cidade da Lapa alguns museus cobram taxas de entrada. É louvável que estes tenham direito de arrecadar fundos, mesmo que esta instrução admita que o patrimônio cultural arquitetônico tenha que viabilizar recursos financeiros para projetos com os imóveis. Mas sugere-se nesse caso um dia gratuito para estudantes, a população e até mesmo turistas para visitação, que não seja em finais de semana, onde o município tem um maior fluxo de visitantes.

Essa instrução normativa assegura também o livre acesso no sistema viário, orientação e comunicação turística para a sociedade. Argumenta-se que devem ser disponibilizadas redes de informática, e citamos como exemplo a construção uma página com informações turísticas, trabalho como o Atlas Digital, publicações, enfim, tudo o que envolva o patrimônio da cidade.

Outro aspecto relevante desta instrução é a possibilidade de acesso aos deficientes físicos nos imóveis e equipamentos urbanos tombados, com segurança e comodidade. Na cidade da Lapa, não há presente ainda nenhum acesso a cadeirantes nas calçadas dos museus, nem rampas que possibilitem a sua entrada, sendo que muitos casarões têm escadas de difícil acesso. Os deficientes visuais também se depararam com obstáculos, pois não há nenhuma instrução em braile nos museus e nem um sistema sonoro que possibilite a aprendizagem sobre o imóvel através da audição. Os funcionários não recebem instruções sobre recepção de pessoas com deficiências, onde se sugere nesse texto a tomada de medidas cabíveis quanto a isso, podendo treinar um funcionário com deficiência (auditiva, visual ou física) para auxiliar as pessoas com esse tipo de dificuldades.

1.2.2 Leis Estaduais

Além das leis federais, cabe nesse contexto considerar algumas leis estaduais importantes que apóiam o patrimônio cultural arquitetônico. Como exemplo, temos a Lei 38/35⁵² que institui a criação do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná. Este tem como objetivo contribuir de forma consultiva para o apoio a qualquer atividade cultural e ao patrimônio cultural do Estado do Paraná. A lei auxilia a divulgação do patrimônio cultural regional, pois se este não é conhecido por toda a população paranaense, não receberá demanda suficiente de turistas no local e não cumprirá sua função social, que é disponibilizar à população acesso à cultura.

A lei 112/48 criou a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, que tem como objetivo ajudar na conservação e restauração dos monumentos, objetos artísticos e históricos regionais e a conservação das paisagens e formações naturais características do Estado. Toda obra de restauração passa por esse órgão, além do IPHAN, que fornece uma autorização e mão-de-obra especializada, material e financiamentos necessários. Assim, os bens culturais arquitetônicos que não podem ser tombados ao nível federal, são resguardados e mantidos por essa lei.

A lei 1.211/53 constituiu o patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná formado pelo “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público”.⁵³ O Centro Histórico da Lapa é tombado em nível estadual, estando inscrito no Livro Tombo Histórico (94-II processo 01/89). Essa lei segue os mesmos parâmetros da Constituição Brasileira, garantindo a integridade e conservação do bem tombado, sendo benéfico ao patrimônio cultural arquitetônico.

1.2.3 Leis Municipais

⁵² PARANÁ, S. do E. da C. Lei 38, de 31 de outubro de 1935. *Institui a criação do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná*. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

⁵³ PARANÁ, S. do E. da C. Lei 1.211, de 16 de setembro de 1953. *Constitui o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Paraná*. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em 17 jul. 2008.

Dentre as leis do município da Lapa que envolve o patrimônio arquitetônico do Centro Histórico da cidade, cabe destacar o Plano Diretor Municipal, criado em 2003.

Os Planos Diretores das cidades também estabelecem formas de preservação do patrimônio em nível municipal, através do planejamento urbano. Analisando o Plano Diretor Municipal da Lapa, verifica-se que existem algumas sugestões que foram cumpridas pela administração, tais como: inclusão da cidade no circuito da cidade na Rota dos Tropeiros, criação do Projeto de Circuito Rural Lapeano, implantação da página on-line da cidade, instalação de um posto de informação turística. Outras propostas não se cumpriram, como o programa de sensibilização da população para o turismo, realização de cursos pela Secretaria do Trabalho voltados para a área de turismo, entre outros.

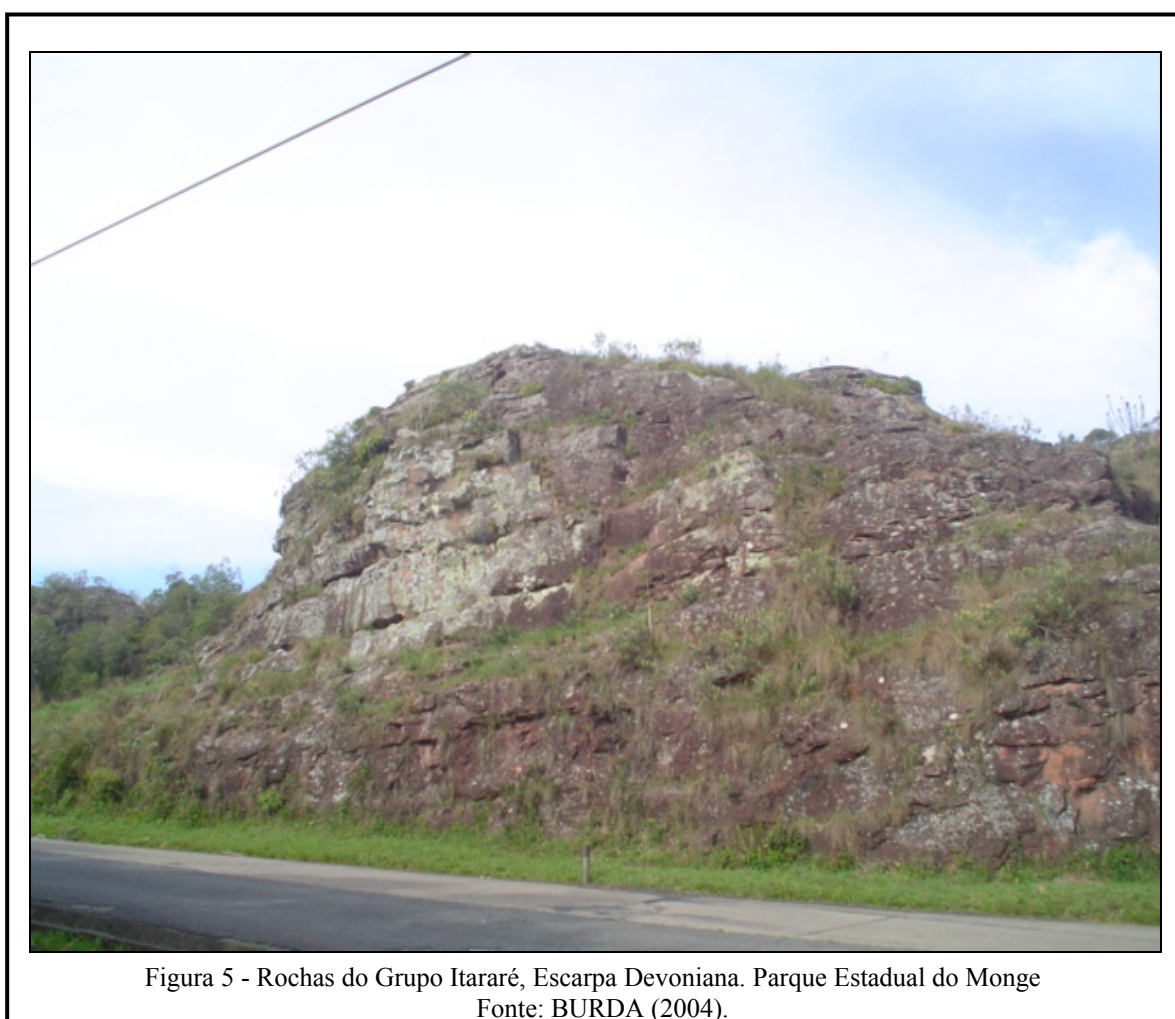
O Plano Diretor apresentou como restrição ao desenvolvimento do patrimônio cultural a presença da Unidade de Conservação da APA da Escarpa Devoniana (Figura 5), sendo que essa postura deveria ser ao contrário, valorizando-a como potencialidade de patrimônio natural. Considerou como potencialidades o alto potencial turístico, rural, histórico e cultural da cidade, transformando em mero produto à venda. A futura integração ao Corredor de Biodiversidade do Paraná, ou do Iguaçu também não ocorreu.⁵⁴

Os autores do Plano Diretor reconhecem que a cidade possui um grande significado histórico a ser valorizado como oportunidade de empregos; embora possua ainda algumas deficiências em sua preservação, como o descuido quanto ao fluxo de veículos intenso no Centro Histórico, a alteração de fachadas dos casarões e o descaso com os monumentos públicos.⁵⁵ No plano consta que a entrada da cidade deveria ser melhorada paisagisticamente, pois somente possui o Monumento ao Tropeiro.

⁵⁴ LAPA, P. M. da; VERTRAG PLANEJAMENTO. *Plano Diretor Municipal*. 2003. Disponível em: <<http://www.lapa.pr.gov.br>>. Acesso em 29 jul 2008. p. 135.

⁵⁵ LAPA, P. M. da; VERTRAG PLANEJAMENTO, 2003, id., p. 141-142.

Aqui se concorda com esse item do documento, pois não há nenhum outro atrativo além deste na chegada do perímetro urbano, e o mau cheiro causado por poluição e falta de saneamento no rio da entrada da cidade, chamado de antigo Passo das Neves, causa uma péssima imagem aos turistas que chegam à cidade.⁵⁶ Também se verifica que a falta de uma sinalização que relate uma breve história da cidade neste local, ou como o plano mesmo sugeriu: a implantação na entrada da Lapa de um local de recepção para visitantes e uma ciclovia que possa ser incluída futuramente como rota de turismo.



Outro aspecto destacado é que a rodoviária está localizada próximo ao limite norte do Centro Histórico, sendo que o intenso tráfego de veículos pesados pode alterar as estruturas dos casarões próximos⁵⁷, como o Museu dos Tropeiros. Recomenda-se que sejam

⁵⁶ Segundo relatos uma funcionária pública, a prefeitura está tentando em 2009 amenizar este fato através do assoreamento do Passo das Neves, porém o custo de R\$ 3 milhões limita a ação de se concretizar.

⁵⁷ LAPA, P. M. da; VERTRAG PLANEJAMENTO, 2003, id., p. 150.

retirados os estacionamentos laterais da Rua Barão do Rio Branco, pois o intenso movimento de veículos prejudica a harmonia do Centro Histórico, pois há presente nesta, serviços como bancos, colégio, lojas, Correios. Justamente por ser uma área tombada, se instalaram próxima a ela os equipamentos mais "caros" da cidade, tais como o setor financeiro, deixando grandes vazios em bairros mais distantes, onde poderiam ser ocupados sem algum problema.

As propostas que auxiliaram a população local na economia e geração de empregos são: contratação de estudantes para trabalhar nos museus históricos, realização de feiras e comércio ambulante em fins de semana para os turistas, festividades como a Festa do Milho, Expolapa e rodeios.

As propostas pendentes deste plano foram, por exemplo, a criação de um Centro de Referência de Estudos em História, envolvendo a história local e acordos para expansão do ensino superior. O que foi criado pela diretora da Faculdade Educacional da Lapa foi o Instituto Histórico e Cultural da Lapa, que promove ações de compras e restauração de casarões para transformar em atividades como hotéis, eventos, restaurantes e outros e também promove atividades culturais para apoio do patrimônio.⁵⁸

Apesar de todo o esforço para melhorias no Centro Histórico, depois de cinco anos de publicação deste documento, percebe-se que ainda faltam várias melhorias a serem realizadas. Um novo Plano Diretor está em elaboração, onde estão revisando algumas deficiências do anterior.

⁵⁸ LAPA, P. M. da; VERTRAG PLANEJAMENTO, 2003, id., p. 171.

1.2.4 Cartas Patrimoniais

As cartas patrimoniais também servem como base para as leis criadas para o patrimônio e representam uma série de normas para base à gestão patrimonial.

Apesar de surgirem novas cartas patrimoniais, as antigas sempre são atualizadas, aplicadas e se adaptam ao contexto da realidade. Porém, em cada uma delas cabe analisar se elas levam a uma adoção consciente das políticas preservacionistas do patrimônio.⁵⁹

Na Carta de Atenas (1931)⁶⁰ se recomenda que haja uma utilização dos monumentos tombados, de forma a não abandoná-los e destiná-los sempre a utilização histórica ou artística, para não levá-lo ao risco de deterioração. Também é regulamentado que os edifícios devem ser construídos em harmonia com a vizinhança da arquitetura e as demais cidades. Essa carta leva à reflexão de que um bem tombado não deve somente ficar estático, sem uso ou função. Deve ser aproveitado em seu potencial arquitetônico, localização e servir à sociedade, não ficando um bem apenas “guardado”, ou seja, sem divulgação.

Na Carta de Veneza (1964) é atribuído um conceito ao monumento histórico, sendo “a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico.”⁶¹ Nesse documento é normalizada a maneira sobre como deve ser conservado e restaurado um monumento histórico e a importância deste para a sociedade. É seguido como base em diversas instituições para tratar de patrimônio arquitetônico, pois dispõe de indicadores para preservar os diversos monumentos tombados.

A Carta do Restauo (1972)⁶² é proposta toda assistência para restauração de bens, desde monumentos arquitetônicos até obras de pintura e escultura. Serve como consulta para

⁵⁹ PARANÁ, C. do P. C., 2008.

⁶⁰ IPHAN. *Carta de Atenas*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>.. Acesso em: 22 jul. 2008.

⁶¹ IPHAN. *Carta de Veneza*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em 22 jul. 2008.

⁶² IPHAN. *Carta do Restauo*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=242>>.. Acesso em: 22 jul. 2008.

obras de restauro em geral, onde todas as ações podem seguir um padrão comum para todas as áreas patrimoniais. Isso serve para manter em conjunto harmônico todas as formas de bens patrimoniais, mesmo que estejam geograficamente distantes uns dos outros.

A Carta de Turismo Cultural (1976) possui o conceito de turismo, sendo “um feito social, humano, econômico e cultural irreversível.”⁶³ Incentiva ao desenvolvimento dessa atividade os locais de sítios e monumentos. Já o turismo cultural é um pouco mais amplo, enfocando o conhecimento voltado para monumentos e sítios histórico artísticos.

Esta carta sugere também uma atuação conjunta entre os agentes de turismo, instituições de preservação, os Estados, ações de educação patrimonial, apoio científico e profissional para a preservação. Sua importância está em dividir a visão de turismo de massa (voltado para grande número de usuários) e turismo mistificado (fetichização da paisagem), do que verdadeiramente é turismo e o seu objetivo, que é promover a cultura da sociedade, baseado na realidade. Atribui aos profissionais, aliados as outras instâncias, para auxiliar o turismo e a preservação do patrimônio, onde estarão colocando em prática seus conhecimentos para a sociedade, que muitas vezes é ignorado, sendo substituído por pessoas despreparadas para exercer atividades turísticas.

Na Recomendação de Nairóbi (1976)⁶⁴ é definido que cada Estado deve elaborar uma política nacional, regional e local para aliar uma ordenação urbana e rural em áreas patrimoniais com o planejamento físico-territorial. Enfatiza a constante revisão de leis sobre o planejamento físico-territorial, urbanismo e política habitacional, visando harmonizar o ambiente para preservação do patrimônio arquitetônico. Além de necessitar de conhecimentos geográficos para aplicar essa ação, essa lei colabora para as decisões que levam a uma gestão mais correta para a organização territorial do patrimônio.

⁶³ IPHAN. *Carta de Turismo Cultural*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

⁶⁴ IPHAN. *Recomendação de Nairóbi*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

Na Carta de Petrópolis (1987) é definido que o sítio histórico urbano é “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações.”⁶⁵ O sítio histórico urbano concentra as paisagens natural e construída, somada à vivência dos habitantes no espaço. O espaço urbano neste local é compreendido como um testemunho ambiental em formação e um organismo histórico; já que é resultante de processos históricos que o fundaram, juntamente com os processos atuais.

Favorece a preservação, pois considera um espaço edificado como substituível somente caso não exista mais potencial sócio-cultural a ser aproveitado no espaço. Essa lei é imprescindível para delimitar um sítio histórico urbano, como é encontrado nas cidades históricas como Salvador, Olinda, Paraty, Lapa, entre outros. Demonstra também que o espaço urbano não condiz contra os aspectos históricos de um local, mas sim contém elementos complementares para sua preservação e continuidade dos espaços antigos.

Na Declaração de São Paulo (1989)⁶⁶ é defendido o emprego das geotecnologias para a preservação, quando sugere que para estudos de sítios histórico urbano e rural, pode-se utilizar o sensoriamento remoto e a fotogrametria; a inserção das ciências sociais e exatas de uma forma mais atuante e da sociedade como participante das práticas preservacionistas.

A partir dessas cartas patrimoniais se conclui que para ter uma concepção adequada para uma gestão patrimonial devem ser seguidos alguns parâmetros destas, deixando evidente que a realidade não se adaptará às recomendações das cartas e das leis, mas sim se pode adequá-la de forma que atinja o objetivo principal, que é a proteção do patrimônio cultural.

⁶⁵ IPHAN. *Carta de Petrópolis*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=57>>. Acesso em 22 jul. 2008.

⁶⁶ IPHAN. *Declaração de São Paulo*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=260>>. Acesso em 22 jul. 2008.

1.3 A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O espaço urbano é formado pelos equipamentos urbanos, os diferentes usos da terra, os mobiliários urbanos e a sociedade que o constrói e o modifica. O patrimônio cultural arquitetônico é um dos elementos presentes neste espaço urbano.

Segundo Monastirsky⁶⁷ o patrimônio cultural é essencial para estudos da organização do espaço geográfico; porque o espaço é construído historicamente, e o patrimônio revela as várias faces das mudanças ocorridas temporalmente, bem como a valorização deste espaço muda historicamente.

O patrimônio cultural-histórico é, portanto, constituído através dos estratos do tempo, mas, também, pelos ‘olhares’ do presente que, associados, compõem diversos desdobramentos conceituais sobre ele e sobre o espaço em que está inserido.⁶⁸

Lefèbvre⁶⁹ associa o espaço urbano como viabilizado através da posse e do uso da terra urbana. Justamente nos locais onde há a presença de um patrimônio cultural arquitetônico preservado, o custo do valor de troca da terra é alto e em alguns edifícios tombados, esse valor chega a ser incalculável.

E relacionando à forma dos elementos presentes nesse espaço, tem-se que qualquer modificação realizada no patrimônio cultural arquitetônico, como uma restauração, construção, demolição ou preservação influenciará no espaço urbano construído.

Além dos significados acima, o espaço urbano tem outros conceitos. É um processo de organização espacial da sociedade, dos setores de atividades capitalistas e a manutenção de seu sistema cultural.⁷⁰ As atividades que se incluem no capitalismo, advindas do

⁶⁷ MONASTIRSKY, L. B. *Espaço Urbano: Memória Social e Patrimônio Cultural*. 2007 (no prelo).

⁶⁸ MONASTIRSKY, L. B. “Ferrovia: patrimônio cultural, estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais”. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC/CFH/PPGGeo, 2006, p. 29.

⁶⁹ LEFÈBVRE, H. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.

⁷⁰ CASTELLS, M. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 506 p.

patrimônio cultural arquitetônico são os museus, casarões tombados, os serviços de turismo, o setor histórico e outros. Estes equipamentos contribuem para a continuidade do sistema capitalista, pois cobram taxas dos turistas, possuem custos para manutenção (água, luz, manutenção) e atraem a circulação de fluxos de capital (dinheiro, pessoas, informações).

Analisando a gestão do patrimônio cultural arquitetônico na urbe, conclui-se que esta ocorre em lugares onde se fixa a “superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou... a um sistema de distribuição e troca”.⁷¹ Nesse sistema existem classes sociais, subordinadas a uma política que manipula um conjunto social.

Os atores sociais que fazem o papel de gestores do patrimônio arquitetônico são os políticos, secretários municipais, instituições patrimoniais federais, estaduais e municipais, empresários, instituições de ensino. Esses promovem ações de auxílio ao patrimônio cultural arquitetônico, ou ao contrário, o degradam. Podem manipular ou não a sociedade de maneira sobre a escolha de quais bens comporá o patrimônio e quais classes terão acesso a este.

É dos gestores o papel de dirigir o patrimônio cultural, de forma que o preserve, o divulgue e incentive à cultura da sociedade. Considerando que a gestão não é algo “fechado”, o incentivo da participação da sociedade civil é essencial, para que a gestão corresponda aos atendimentos das necessidades da população.

A sociedade urbana que edificou e edifica os espaços urbanos, é um conjunto cultural, de regras e interações sociais, históricas; sendo que seu arranjo está em constante mutação, tanto social quanto físico-territorial. Conclui-se que a cidade tem o papel de abrigar as diversas culturas urbanas e será o palco das características dessas culturas.

A gestão do patrimônio cultural arquitetônico deve estar em consonância com as diferentes culturas ali presentes. Atingir os grupos sociais que são autores desse espaço urbano é o segredo para uma gestão bem sucedida em suas ações.

⁷¹ CASTELLS, M., 1983, id., p. 21.

Pensando na atuação da gestão pelo ator social do Estado⁷², este será regulador do uso da terra e atrairá os movimentos sociais urbanos no espaço. Ao definir uma área de sítio histórico urbano, por exemplo, estará organizando aquele espaço, e os tipos de uso da terra que se instalarão nas áreas próximas a este. Por meio da implantação de equipamentos públicos no patrimônio, como iluminação adequada, sistema viário, calçamento com acesso a deficientes, sistema de reciclagem de lixo, o Estado auxiliará também a gestão.

Outra colaboração se fará pela elaboração de leis, normas, planos diretores e código de obras referente ao espaço urbano.⁷³ Estes são alguns exemplos de como um ator social pode fazer uma boa gestão do patrimônio cultural arquitetônico, admitindo que existam outras inúmeras formas, não cabendo aqui esgotá-las.

Pode-se conceituar o urbano, baseado em Lefèbvre⁷⁴, associando a forma urbana, que se associa com os elementos construídos no espaço, entre eles o patrimônio cultural arquitetônico. A forma urbana transparece no patrimônio no estilo de arquitetura dos casarões, os materiais utilizados para a sua construção, o tipo de restauração que recebe, e outras características.

No caso lapiano, o espaço urbano pode ser considerado como espaço vivido, sendo consequência da prática (trabalho) social dos habitantes ao longo da história da cidade, que resultaram nos atuais edifícios tombados. Também pode ser um espaço social, onde foi construído, produzido e projetado, portanto um espaço urbano (Centro Histórico).⁷⁵ O autor mencionado discorre sobre algumas hipóteses para o espaço, e que se pode associar com o objeto de estudo desta pesquisa:⁷⁶

- a) O espaço social “producto de la sociedade, comprobable y que depende ante todo de la contrastación, por ende de la descripción empírica, antes de toda teorización”.

⁷² Baseado em CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 2ª ed. Editora Ática. 1993, 94 p.

⁷³ CORRÊA, R. L., 1993, id., p. 24-26.

⁷⁴ LEFÈBVRE, H. *A revolução urbana*. Tradução de Sergio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 178 p.

⁷⁵ LEFÈBVRE, H., 1976, op. cit.

⁷⁶ LEFÈBVRE, H., 1976, id, p. 29-31.

Essa hipótese é refletida nos casarões como um produto da sociedade (autóctones e turistas);

- b) O espaço não tem um início, nem um fim, sendo um procedimento e um instrumento, um meio e mediação. É um instrumento político intencionalmente manipulado. Essa hipótese está presente na refuncionalização dos casarões tombados, pois mesmo com a evolução temporal, este permanece enquanto forma no espaço geográfico, porém com o seu papel modificado;
- c) O espaço como o mais importante de todos os instrumentos, sendo o pressuposto de toda produção e de toda troca. Está vinculado às relações sociais de produção. O consumo turístico existente na área de patrimônio cultural arquitetônico na Lapa se relaciona com outros espaços de produção (outras cidades históricas). Estas estão articuladas com institutos de tombamento, que enviam verbas para sua manutenção e divulgação turística (Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, Secretaria Estadual de Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Lapa).

Na atualidade, considerar a cidade como resultado temporal não basta. Deve-se observar as espacialidades e as temporalidades, tendo como ponto de partida os espaços de produção e os espaços de consumo do patrimônio.⁷⁷ Um exemplo de ocorrência no espaço urbano atual é a valorização de áreas urbanas em detrimento da desvalorização de outras. Os proprietários vendem um espaço ocupado por um casarão antigo, que será aproveitado para uso turístico e terá o seu valor de troca aumentado, e vai ocupar espaços urbanos em novos bairros residenciais, favorecendo a especulação imobiliária.

O consumismo se intensificou, pois a sociedade está em busca de sair do ritmo intenso de trabalho. Procuram opções de lazer e cultura, onde os espaços preservados têm o

⁷⁷ SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e Temporalidades Urbanas. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G., Editora Contexto. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. Editora Contexto. VII Simpósio Nacional de Geografia, Universidade de São Paulo, Outubro, 2001.

papel de atrair esse tipo de público. Portanto, a maior parte do patrimônio cultural arquitetônico que existe, está à venda para o consumismo de uma melhor qualidade de vida.

A questão de patrimônio e o espaço urbano contemporâneos são tratados como assunto de uma democratização. A democratização do patrimônio cultural surgiu devido à fragmentação entre as instituições de preservação e os habitantes dos locais.⁷⁸ Essa exclusão ocorre pela não participação da população nas decisões das instituições patrimoniais quanto a questões patrimoniais e a falta de uma educação patrimonial para os habitantes locais.

O objeto de estudo pode ser mencionado pelo consumo turístico existente devido à presença do patrimônio arquitetônico tombado na Lapa. Como os institutos fazem parte do sistema capitalista e também as demais cidades históricas existentes, na relação dialética espaço local – espaço global⁷⁹; estes são “reconstruídos”, modificados e apresentados aos turistas de modo que atraia o consumo para a cidade.

Se o que estamos vivendo é o surgimento da real sociedade urbana⁸⁰, há uma construção que se dá contraditória e conjuntamente com a expansão da cidade tradicional, da malha urbana historicamente constituída. A criação de novas necessidades e possibilidades no mundo do urbano, aliados à modernização da economia e da cultura, faz com que o direito à cidade passe a ser um tema fundamental. Porém essas novas demandas devem estar aliadas à preservação, porque a sociedade urbana não deixa de ser resultado de construções passadas, não as devendo subestimar e sim a elas se complementar.

⁷⁸ NIGRO, C. Territórios do Patrimônio: tombamentos e mobilizações espaciais. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G., *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. Editora Contexto. VII Simpósio Nacional de Geografia, Universidade de São Paulo, Outubro, 2001.

⁷⁹ ROCHA, A. R. P. *A dialética entre o global e local: um olhar sobre o turismo e o patrimônio cultural*. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=tp&page=article&op=view&path%5B%5D=396&path%5B%5D=288>>. Acesso em: 10 out. 2008.

⁸⁰ LEFÈBVRE, H., 2001, op. cit.

1.3.1 Características do espaço urbano da Lapa (PR)

A origem da cidade da Lapa se deu através do Tropeirismo, atividade econômica que contribuiu para o desenvolvimento nacional e para a ocupação do interior dos estados do Sul do Brasil. O comércio de gado e muares entre o Sul, São Paulo e Minas Gerais foi suficientemente importante para influenciar as organizações espaciais, sociais e culturais de muitas cidades dessas regiões.

Foi através dos caminhos⁸¹ que desbravavam os campos do sul do Paraná que, a partir do século XVIII, a Coroa Portuguesa concedeu terras, chamadas de Sesmarias, que incentivaram a atividade pastoril e o desenvolvimento de alguns locais. Essas Sesmarias foram decisivas para a constituição da estrutura social agrária da região, compostas por fazendeiros, tropeiros, capatazes, peões e negros escravos. Desta forma, com a necessidade de abastecer aos tropeiros e de fornecer serviços relativos aos cuidados com as tropas, em 1731 surgiu o povoado de Capão Alto, evoluindo posteriormente para Freguesia de Santo Antonio em 1797, Vila Nova do Príncipe em 1806 e, em 1872, município e cidade da Lapa.⁸²

Durante o período do Tropeirismo se intensificaram outras atividades nos campos do Paraná (Campos Gerais), a agricultura, o artesanato, a indústria do couro e a extração de madeira e erva-mate⁸³. Na arquitetura houve a implantação de um estilo de construção de origem mineira e paulista, com técnicas de edificação como a “taipa de pilão”, o “pau-a-pique” e o uso da pedra.⁸⁴

As características econômicas e culturais, associadas a fatos históricos como o “Cerco da Lapa”⁸⁵ e a vinda de imigrantes europeus (germânicos, eslavos e italianos),

⁸¹ Entre os vários caminhos que os tropeiros percorreram, o principal chamava-se “Caminho do Viamão”.

⁸² FERREIRA, J. C. V. O Paraná e seus municípios. Cuiabá: Editora Memória Brasileira, 1996, 728 p.

⁸³ Após o Tropeirismo, o processo de extração, beneficiamento e exportação de erva-mate, passou a ser a atividade central do estado do Paraná (KERSTEN, 2006).

⁸⁴ BIGARELLA, J. J.; BLASE, O.; BREPOHL, D, pp. 101 e 102, *apud* Monastirsky, s. d., no prelo.

⁸⁵ Em fevereiro de 1894, a Lapa foi invadida pelo exército revolucionário dos federalistas rio grandenses, que tinham o objetivo de avançar até a capital do país para tomar o poder de Floriano Peixoto. A cidade se transformou em uma praça de guerra, resistindo durante 26 dias, sob o comando das tropas legalistas, no episódio que ficou conhecido como Cerco da Lapa.

contribuíram para a caracterização econômica, política, social e cultural da cidade da Lapa e, conseqüentemente, do seu patrimônio cultural, sobretudo o patrimônio edificado – objeto principal desta análise.

O município da Lapa possui uma área territorial de 2.046 km² pertencendo ao conjunto do Paraná pioneiro, onde estão localizados os municípios mais antigos do Paraná, sendo a 5ª Microrregião Homogênea do Paraná. Sua população é de aproximadamente 41.679 habitantes⁸⁶, segundo o censo de 2007 e se constata que houve uma regressão demográfica, pois no ano de 2000 havia na cidade 41.838 habitantes. Este fato é justificado pela migração de pessoas para outras cidades em busca de empregos e melhoria na escolaridade, já que a Lapa ainda oferece poucas opções de profissionalização.

Ano	População
1991	40.150
1996	39.678
2000	41.838
2007	41.679

Quadro 1 – Evolução populacional na Lapa
Fonte: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Quanto à escolaridade, as pessoas que frequentavam a escola em 2000 eram no número de 11.800 habitantes⁸⁷, sendo que a escolaridade baixa era de 2.104 habitantes, que tinham menos de um ano de estudo. Destas 13.298 chegam a completar o estudo até a 4ª série e somente 562 pessoas possuíam 15 anos de estudo ou mais. Esse fenômeno está presente em sua maioria em municípios com área rural, pois as pessoas dessas localidades muitas vezes não se interessam em prosseguir seus estudos, embora existam escolas nessas localidades até o ensino médio.

⁸⁶ IBGE. *Cidades@*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 set. 2008.

⁸⁷ IBGE. Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Porcentagem	Rendimentos
9.64%	Até um salário mínimo
33.54%	1 a 2 salários mínimos
10.47%	2 e 3 salários mínimos
8.95%	3 a 5 salários mínimos
6.93%	5 a 10 salários mínimos
4%	Acima de 10 salários mínimos

Quadro 2 – Rendimentos da população lapiana em 2000

Fonte: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Os rendimentos da população estão divididos no quadro anterior. Poucas pessoas têm salários de alta renda, reservado aos profissionais liberais bem sucedidos, latifundiários e a funcionários públicos com altos cargos. Os salários dos trabalhadores no setor primário e terciário, em sua maioria é o mínimo, com algumas porcentagens adicionais.

Segundo a prefeitura municipal, a principal atividade econômica é a agropecuária, seguida das atividades comerciais, de serviços e industriais⁸⁸. Porém o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) discordou desse fato, o que é comprovado no gráfico a seguir, que demonstra que a contribuição no produto interno bruto (PIB) da economia para o setor terciário está em primeiro lugar, com os serviços de escritórios, banco, funcionalismo público e comércios. O setor secundário vem ocupando a segunda posição, onde a contribuição de uma pequena indústria de produtos alimentícios é muito importante para a cidade, sendo que emprega grande número da população ativa. O restante resume-se em pequenas indústrias, sem grande influência na geração de empregos.

O setor primário segue em último lugar, pois apesar da cidade possuir uma forte cooperativa local e pequenos agricultores, seus rendimentos não são tão significativos na contribuição do PIB. As atividades agropecuárias principais são: horticultura, lavouras permanente e temporária, pecuária, produção mista, silvicultura e exploração vegetal.

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.lapa.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2008.

Quanto à pecuária, a maior produção está em granjas de galináceos, seguido dos rebanhos de bovinos e suínos.⁸⁹

Visto que a área do município é muito maior comparada à área urbana, e que a cidade possui uma cooperativa de grande influência na região, um banco voltado para os agricultores e grande número de trabalhadores rurais, se discorda da opinião do IBGE, pois a Lapa é um município com a sua economia essencialmente rural, calçada na agropecuária. A diferença entre a população urbana e rural é baixa, sendo de apenas 6.302 pessoas a mais na área urbana⁹⁰, pois algumas pessoas preferem continuar trabalhando e vivendo no campo, restando que não correm o risco de não ter trabalho disponível. A densidade demográfica do município é baixa, com 19.87 habitantes/km² e o grau de urbanização é de 57.53%, pois o há uma extensão significativa na área rural, como foi dito anteriormente.

O espaço urbano da Lapa foi criado pela sociedade com a construção das edificações tendo a função⁹¹ voltada para o uso residencial, comercial e de serviços. Mais tarde, essa forma foi alterada, pois após o Cerco da Lapa (1894) e também, com a modernização da cidade, várias casas se encontravam demolidas. Atualmente, alguns casarões ainda exercem o uso residencial, outros são utilizados pelas secretarias municipais e os demais se tornaram patrimônio histórico e arquitetônico, como mostra o mapa temático *Uso da Terra 2009 – Lapa (PR)* do Anexo 2.⁹²

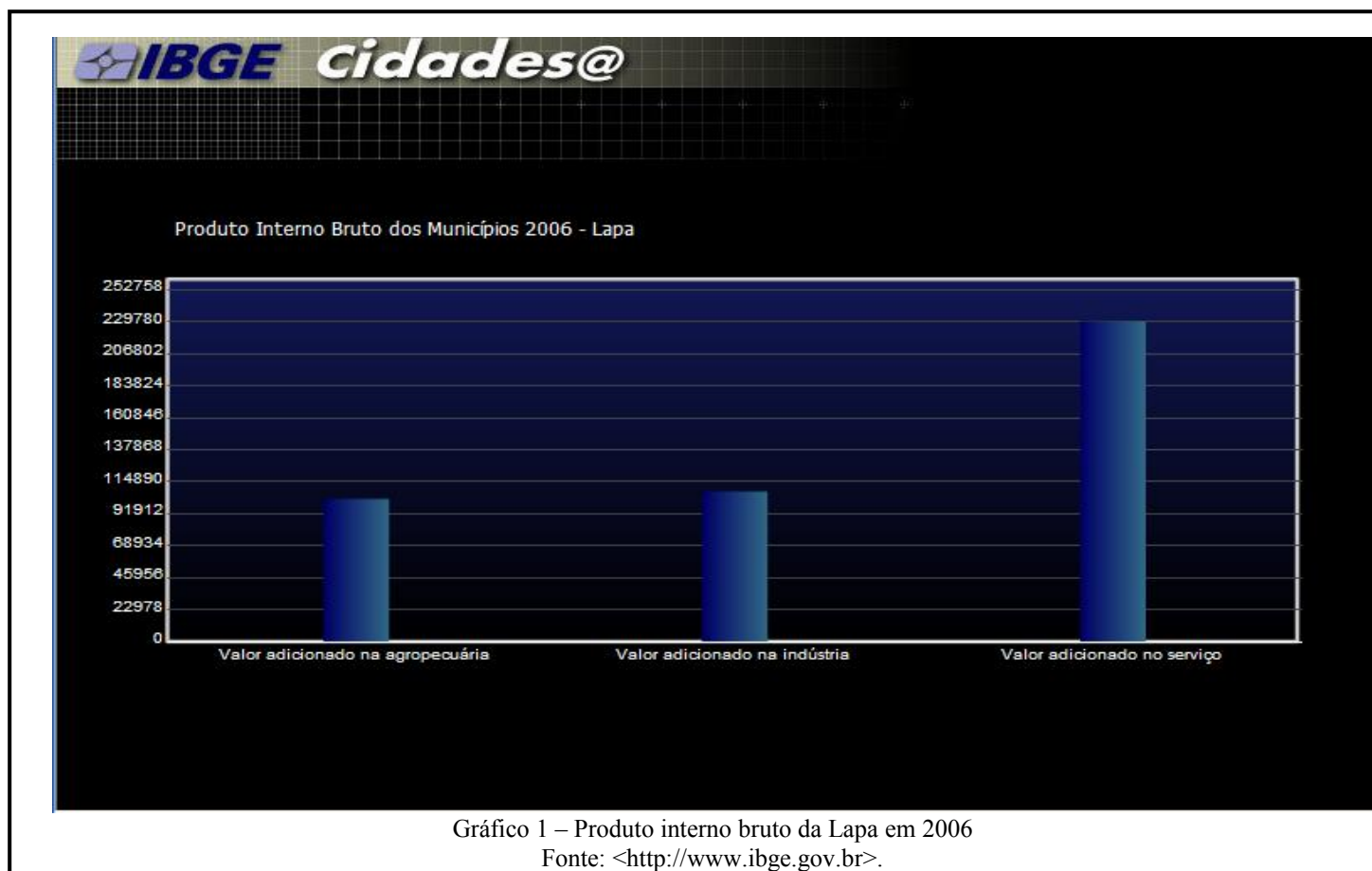
A estrutura está presente na cidade da Lapa na maneira com que a sociedade lapiana se organiza e se relaciona com o espaço do patrimônio cultural arquitetônico, e a sua identificação neste contexto. A estrutura se define pelo que atribui sentido às relações que se estabelecem na sociedade. É invisível, dá sentido à organização social. O processo reflete a

⁸⁹ IPARDES. *Caderno Estatístico Município de Lapa*. Baseado no censo agropecuário de 1996 e 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 22 jan 2009.

⁹⁰ IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 22 jan 2009.

⁹¹ Baseado em CORRÊA, R. L. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

⁹² Optou-se por relacionar os mapas em uma parte em anexo, para o leitor ter uma visão de totalidade do Atlas Digital.



interação dialética entre a estrutura, função e forma do espaço do patrimônio cultural arquitetônico. Seria a dinâmica em sua totalidade nesse espaço.

O espaço geográfico formado pelo patrimônio cultural arquitetônico pode ser explicado pela noção de totalidade de Santos⁹³, onde as partes formam a parte do todo, mas a totalidade não é somente a soma das partes. Portanto a totalidade desse patrimônio é formada pelo conjunto dos casarões tombados, a paisagem, a sociedade trabalhando e utilizando seus equipamentos; que explicam as partes individuais que compõem o mesmo patrimônio.

Como a totalidade é formada pela soma das partes, apreender o espaço geográfico do Centro Histórico da Lapa ocorre pela apreensão das partes do Centro Histórico. Por exemplo, o uso da terra do Centro Histórico é apenas uma composição do todo do Centro Histórico. Em uma mesma área possível de ser mapeada com geotecnologias, existem vários estilos arquitetônicos dos casarões, diferentes formas de relevo no terreno, a existência ou a ausência de arborização e outros aspectos; que quase sempre não conseguem ser representados em um único produto cartográfico.

Compreender, em síntese, todos os elementos da totalidade desse espaço geográfico através do Atlas Digital é uma tarefa difícil. Aqui se recomenda que esse espaço seja apreendido e entendido como a representação de partes constituintes de um todo.

Por uma série de mapas temáticos que constituem o Atlas Digital, somados ao banco de dados que podem complementar essas temáticas, se verifica que as geotecnologias podem auxiliar na compreensão da totalidade do espaço geográfico, mas não por completo ou de forma excludente perante outros processos analíticos.

Esse espaço também representa as rugosidades, que são resquícios que ficam “do passado como forma, espaço construído, paisagem”⁹⁴, os vestígios das coisas que se

⁹³ SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 93.

⁹⁴ SANTOS, M., 1996, id., p. 113.

substituem e acumulam em todos os lugares. O patrimônio arquitetônico do Centro Histórico se apresenta como arranjo, com as rugosidades sendo “restos de divisões do trabalho já utilizadas..., os restos dos tipos de capital utilizados e as suas combinações técnicas e sociais com o trabalho”.⁹⁵ O espaço do Centro Histórico é resultante dos estratos da sociedade em diversas épocas, podendo ser abordado pelo Atlas Digital.

Seu suporte seria para a explicação das rugosidades do espaço, por meio de mapas com as datas de construção dos casarões, o estilo arquitetônicos presentes no espaço do Centro Histórico, quais materiais de construção ainda foram preservados na edificação. Também um comparativo desse mapeamento com fotografias antigas e um pequeno histórico sobre os momentos sócio-econômicos da época, levam a uma compreensão sobre as rugosidades existentes no espaço geográfico do Centro Histórico desta cidade.

Atualmente, as funções exercidas nos locais de rugosidades não estão concretizadas ao acaso. São, como afirma Santos, uma divisão territorial do trabalho atual resultante das formas e estruturas herdadas do passado.⁹⁶

Por isso explica-se também a presença de museus, centros culturais, repartições públicas em antigos locais da cidade, especificamente o centro. Se estes lugares representaram algo importante de fato para a sociedade, estes continuam a ter um papel importante, porém modificado no presente.

A cidade da Lapa e o seu patrimônio cultural arquitetônico no tempo presente têm a função de cidade patrimonial, com grande número de visitas turísticas. Seu centro histórico tem vários casarões transformados em museus, setores públicos municipais, comércios de artesanato e pontos turísticos. Há três tipos de turismo existentes no local: turismo no centro histórico, turismo religioso e o turismo gastronômico.

⁹⁵ SANTOS, M., 1996, id.

⁹⁶ SANTOS, M., 1996, id., p. 141.

O turismo no centro histórico resume-se em visitas na área tombada que faz parte da cidade. O turismo gastronômico é explorado pela comida típica tropeira, onde pratos dessa cultura fazem parte do cardápio da culinária lapeana. Já o turismo religioso é realizado em um local fora do centro histórico, no Parque Estadual do Monge.⁹⁷ A gruta desse local teria servido de abrigo ao ermitão João Maria no final do século XIX, considerado um curandeiro. As águas que vertem entre as rochas encaixantes são consideradas milagrosas pela população, que fazem orações e promessas no local. Mas há uma modificação do ambiente pelos visitantes, que jogam moedas nas águas, deixam objetos para “pagar” promessas, picham as rochas e as retiram do local.

Conhecendo as características deste espaço urbano local, se conclui que este é resultando da história da sociedade que a edificou. Portanto a gestão do patrimônio cultural arquitetônico deve ser direcionada aos habitantes e turistas, que estão construindo dia-a-dia uma cidade melhor de acordo com os seus objetivos. Ao serem tomadas decisões de gestão será alterado este espaço; então é inútil criar planos prontos para dirigir o urbano, e sim deve se considerar particularidades ali encontradas.

⁹⁷ Segundo a Mineropar a região onde se localizava a Lapa no período chamado glaciação Gondwânica Permo-carbonífera estava mais próxima do Pólo Sul, com a presença de geleiras no local. A deposição de areias que formaram o Arenito Lapa foi resultado do preenchimento de um canal sub-aquoso que hoje forma a Serra do Monge.

CAPÍTULO II

O PAPEL DOS ATLAS NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO

A geografia tem que reencontrar o mapa perdido, repensar e avaliar quais representações do espaço seriam aquelas da Cartografia para a Geografia.

Marcello Martinelli, 1991.

Os atlas surgiram da necessidade dos homens possuírem informações em conjunto sobre o seu território. Através da coleção de plantas, cartas e mapas houve uma verdadeira difusão do conhecimento cartográfico na história mundial. Primeiramente, os atlas tiveram o papel de base para os reis, governadores e pessoas que detinham o poder; onde visavam expandir o seu domínio através do conhecimento do território que pretendiam controlar.

Posteriormente, serviram como material para as escolas, porém o ensino usava os atlas somente para a descrição dos locais, sem a preocupação de explicar porque estavam representados os lugares daquela forma. Atualmente, a visão de atlas vem sendo inovada, pelo emprego das geotecnologias em sua construção, o que mostra um grande avanço na área de elaboração e uso desse material. Hoje em dia, são utilizados por instituições, empresas, órgãos de gestão, além das escolas, para a análise, representação e compreensão do espaço geográfico e dos fenômenos de interesse.

Este capítulo tem como objetivo demonstrar a contribuição do atlas enquanto material de apoio às diversas áreas do conhecimento científico, para a gestão por entidades privadas e públicas, e apresenta os trabalhos inovadores nesta vertente. Admite-se aqui a crescente conscientização da sociedade na importância do emprego dos atlas como fonte de informação, e este texto visa também incentivar a utilização das novas tecnologias em sua produção, através das geotecnologias.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO CARTOGRÁFICO

O território reproduz as diversas formas de re(organização) de um espaço vivido pela sociedade, sendo sujeito às transformações culturais, econômicas, políticas, ambientais e sociais. Seu conceito é combinado ao de espaço geográfico, quando demonstra que

[...] o espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia o político ou a dominação/apropriação. [...] o território na Geografia foi pensado, definido e delimitado a partir de relações de poder. [...] a concepção de território associa-se à idéia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder.⁹⁸

Tanto o espaço geográfico, quanto o território são formados e modificados através de vários grupos sociais numa determinada época. Mas ao estudá-lo os pesquisadores se deparam com um desafio: como apreender e investigar algo que está presente de forma concreta ou abstrata na superfície terrestre como o espaço e o território, sem ter como base um registro que abstraia sua dimensão para uma visualização mais prática e manuseável?

Visto que a Cartografia trabalha com as representações de fenômenos diversos de forma gráfica, esta é essencial para análises territoriais, aqui voltadas para o caso do patrimônio cultural arquitetônico. A realidade espacial representada no mapa também deve conter a dimensão temporal, pois toda abstração vai resultar de uma representação social, sendo que o espaço social resulta de uma história.

Alguns exemplos da importância da Cartografia ao longo da história e sua presença significativa como elemento de representação do território datavam da Idade do Bronze (2.500 a. C.), com uma visão geral sobre o vale do rio Oglio na Itália, representando o uso da terra (residências e agricultura), estradas e o cotidiano da sociedade. Foi considerado uma forma de gestão e controle territorial daquela sociedade italiana.⁹⁹

⁹⁸ SUERTEGARAY, D. M. *Ambiente e lugar no urbano: a grande porto alegre*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000, 240 p.

⁹⁹ MARTINELLI, M. *As representações gráficas da geografia: os mapas temáticos*. Tese (Livre Docência). Departamento de Geografia (FFLCH). São Paulo: 1999, 218 p.

A Cartografia era usada como instrumento de estratégia pelos egípcios, onde os fiscais da fazenda mediam as áreas para atribuir um imposto a ser pago.¹⁰⁰ Na Antiguidade Clássica, a presença de um atlas pode ser comprovado na obra de Cláudio Ptolomeu que, em seu *Tratado de Geografia*, incluiu uma coleção de mapas, em forma de atlas, contendo um mapa mundi e mais vinte e seis mapas temáticos do mundo antigo.¹⁰¹ Estes mapas foram utilizados pelos romanos na área militar, administrativa e para a expansão de seus domínios.

A Cartografia da Idade Média regrediu quanto aos estudos cartográficos, conhecendo a forma esférica da Terra, porém a considerando como um disco plano, onde a Terra teria um fim que era o abismo. A Teologia Cristã influenciou os geógrafos e demais estudiosos da época, que reproduziram inverdades nos mapas, sendo essas representadas de forma estratégica, para impedir que a sociedade tivesse grande influência científica e abandonasse a religião católica considerada como a “dona da verdade”.¹⁰²

A Cartografia Moderna renascentista e o surgimento do modo de produção capitalista na Europa (século XV), modificaram a percepção do homem de seu universo.¹⁰³ Gerhard Mercator elaborou as coordenadas geográficas, recebendo por esse fato o título de Pai da Cartografia Moderna. Mas o mais importante foi a influência estratégica destes mapas para o desenvolvimento da navegação para novas terras e a expansão das relações capitalistas por todo o mundo.

Atualmente a Cartografia ainda continua sendo uma forma de estratégia e afirmação de poder. O desenvolvimento da informação aliada a Cartografia possibilitou representações detalhadas em escalas maiores, para utilização em planos de guerras civis, a cartografia topográfica na divisão de propriedades rurais e loteamentos, a cartografia náutica e outros.

¹⁰⁰ MARTINELLI, M., 1999, *ibid.*, p. 6.

¹⁰¹ MARTINELLI, M., 1999, *ibid.*, p. 7.

¹⁰² MARTINELLI, M., 1999, *ibid.*, p. 8-9.

¹⁰³ MATIAS, L. F. *Por uma cartografia geográfica - uma análise da representação gráfica na geografia*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geociências (FFLCH). Universidade de São Paulo, 1996, 143 p.

As Organizações das Nações Unidas (ONU) afirma que a Cartografia pode e deve ser empregada em soluções para trabalhos sociais, sendo um instrumento muito eficiente:

no sentido lato da palavra não é apenas uma das ferramentas básicas do desenvolvimento econômico, mas é a primeira ferramenta a ser usada antes que outras ferramentas possam ser postas em trabalho.¹⁰⁴

Para Salichtchev¹⁰⁵ a Cartografia é concebida de uma maneira a transpor o fenômeno da realidade para a ciência, de forma simbólica:

[...] ciência da representação e do estudo da distribuição espacial dos fenômenos naturais e sociais, suas relações e suas transformações ao longo do tempo, por meio de representações cartográficas que reproduzem este ou aquele aspecto da realidade de forma gráfica e generalizada.

Taylor¹⁰⁶ já define a Cartografia como “a organização, apresentação, comunicação e utilização de geoinformação em forma gráfica, digital ou tátil”. Este mesmo autor aborda a discussão sobre o mapa que usa o instrumento de mídia, apresentação de textos, dados, gráficos, imagens e sons.

O conceito de Cartografia foi estabelecido pela Associação Cartográfica Internacional (ACI)¹⁰⁷, adequando às novas formas de representar o espaço geográfico, baseado na cartografia digital e na geoinformação:

A organização, apresentação, comunicação e utilização da geoinformação nas formas visual, digital ou tátil, que inclui todos os processos de preparação de dados, no emprego e estudo de todo e qualquer tipo de representação da superfície da terra.

O conceito mais adequado de Cartografia para este trabalho, que aborda o atlas digital, seria o defendido por Taylor, pois mostra as características de um atlas completo, pois:

¹⁰⁴ ONU. *Modern cartography - base maps for worlds needs*. Lake Success, Washington: Department of Social Affair, 1949.

¹⁰⁵ SALICHTCHEV, K. A. *Cartographic communication: its place in the theory science*. The Canadian Cartographer, 15(2): 1978, 93-100.

¹⁰⁶ TAYLOR, D. R. F. *Geographical Information Systems: The microcomputer and modern cartography*. Oxford, England, Pergamon Press, 1991, 251 p.

¹⁰⁷ Associação Cartográfica Internacional, Budapeste/Hungria, 1989.

- a) Utiliza a geoinformação, onde os dados provêm de levantamentos realizados por sistemas de posicionamento global (GPS), imagens de satélite, aerofotocartas, fotografias aéreas, mapas analógicos e digitais;
- b) Os seus resultados são em forma de gráficos, mapas digitais ou impressos, bancos de dados, imagens e sons que remetam ao espaço geográfico analisado.

A cartografia evoluiu muito em suas aplicações, especialmente após a implantação das geotecnologias, que consistem em um¹⁰⁸:

Conjunto de tecnologias baseadas em ambiente computacional com finalidade de promover o tratamento da informação espacial (Cartografia Digital, Sensoriamento Remoto, Sistema de Posicionamento Global - GPS, Sistema de Informações Geográficas – SIG).

As geotecnologias oferecem as vantagens de possibilitar fácil alteração dos dados, testar diferentes formas de visualização, ampliação da divulgação por mídias digitais (como um atlas digital), emprego do SIG, maior quantidade de informação armazenada em banco de dados, entre outros.

Esta não deve, portanto, ser somente entendida como um conjunto de técnicas. Também envolve a percepção, a leitura cognitiva, o emprego de uma semiologia adequada e, posteriormente, a técnica de construção cartográfica.

Atualmente, a cartografia está relacionada à manipulação interativa da informação espacial e tornou-se muito mais dinâmica. Recebe vários nomes quando adota a informática em sua prática, como Infografia ou Cibercartografia, trabalhando com dados em tempo real, devido aos avanços tecnológicos.¹⁰⁹

Outras maneiras que a Cartografia contemporânea foi classificada são a cartografia automática, que emprega a elaboração de técnicas para a elaboração de cartas com aparelhos orientados por computador.¹¹⁰ Joly¹¹¹ a define como infografia ou cartografia assessorada por

¹⁰⁸ MATIAS, L. F. *Notas de aulas da disciplina de Geotecnologias*. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território, julho de 2007.

¹⁰⁹ MARTINELLI, M. *Os mapas da geografia*. GEOUSP – Espaço e Tempo: São Paulo, 2003.

¹¹⁰ OLIVEIRA, C. de. *Curso de Cartografia Moderna*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

¹¹¹ JOLY, F. *A Cartografia*: Tradução Tânia Pellegni, Campinas, SP: Papirus, 1990.

computador, envolvendo todas as etapas para a elaboração dos mapas temáticos. A cartografia digital ou automática compreende “O processo geral de confecção de mapas em meio digital e sua plotagem.”¹¹²

A Cartografia deve, portanto, analisar os processos do espaço geográfico através da simbologia representada, acompanhando as mudanças do mundo real e utilizando as geotecnologias presentes na atualidade. Por exemplo, com verificações constantes de imagens de satélite de um mesmo lugar, pode-se detectar e atualizar as transformações ocorridas na área observada.

A Geografia se apropria da área da Cartografia na questão da utilização de seus produtos, como as plantas, cartas e mapas e demais conhecimentos cartográficos. A relação entre ambas está na interdisciplinaridade, onde uma serve de apoio à outra. Por exemplo, para os estudos do espaço geográfico, não basta somente se ater às teorias geográficas, é necessário um material de apoio que represente numa linguagem gráfica apropriada a situação do fenômeno estudado. É neste ponto que a Cartografia auxilia a Geografia.

A Cartografia também deve utilizar os conhecimentos geográficos, para não ficar reduzida a um simples emprego de cálculos, desenhos e técnicas; pois além de representar o espaço terrestre, devem-se saber as características deste espaço, ou seja, conhecê-lo do ponto de vista geográfico, histórico, social e econômico.

2.1.1 Atlas analógicos e atlas digitais

O suporte dos atlas e mapas analógicos era o papel, onde eram feitas as representações gráficas, apresentando dificuldades para modificação e atualização, pois eram construídos manualmente. Já o suporte dos mapas e atlas digitais é o computador, onde são representados os fenômenos, podendo ser atualizados facilmente e impressos, pois seus dados estão armazenados em arquivos digitais.

¹¹² FITZ, P., 2005, *apud* MATIAS, L. F., 2007.

Com o intuito de conhecer de melhor forma o território, os estudiosos criaram uma forma de sintetizar os mapas, onde todas as informações ficassem reunidas em um documento, um livro ou outra forma de registro. Foram então criados os atlas, cujo termo foi criado por Mercator no século XVI, em sua obra *Atlas sive Cosmographicae Meditatione de Fabrica Mundi et Fabricati*.¹¹³

Os atlas e mapas sempre nos remetem à Geografia, pois representam o espaço geográfico. Os primeiros mapas surgiram há muito tempo, com as representações em rochas (pinturas rupestre) ou argila e em peles de animais, onde os homens ditos primitivos representavam o seu cotidiano. Os mapas também testemunharam as delimitações de territórios e mares, para auxiliar na definição de estratégias de conquista ou proteção aos lugares.

No início, os mapas tinham a finalidade de manutenção de poder sobre um espaço, como auxílio às navegações para a descoberta de novas terras e para localização no espaço já conhecido, que não era o mesmo que a humanidade conhece hoje como um todo. Depois, passaram a embasar as análises do espaço pelos homens. A essa mudança devemos à evolução da Cartografia, pois, enquanto a minoria dos usuários se interessava em proteger o “seu território” utilizando os atlas, foram realizadas obras cartográficas muito valiosas.

Halley contribuiu na seara cartográfica com a construção do primeiro mapa dos ventos oceânicos (1686) e o das declinações magnéticas e a criação das isolinhas foi um elemento essencial para a linguagem de representação da cartografia temática.¹¹⁴ Por sua vez, Humboldt representava as suas observações científicas através de mapas.¹¹⁵

¹¹³ Atlas ou meditações cosmográficas sobre a construção do mundo e a figura do construído. OLIVEIRA, C de, 1987, op. cit.

¹¹⁴ MARTINELLI, M., 1999, op. cit., p. 25 e 113.

¹¹⁵ MATIAS, L. F., 1996, op. cit., p. 79.

Uma definição de mapas é muito bem destacada por Harley:¹¹⁶ estes estão em interação com a cultura de qualquer povo, são formas de saber construído; portanto nunca foram, são ou serão neutros. Então cada mapa construído sempre irá atender a necessidade de quem o fez, ou então, de quem precisava desse trabalho.

Com o crescimento do número de mapas produzidos, foram criados os atlas, como uma forma de armazenar de melhor forma esse material. Para as autoras Le Sann e Almeida um atlas é:

uma publicação formada por um conjunto de mapas acompanhada, ou não, de diagramas, textos explicativos, glossário, bibliografia e outros documentos anexos, tais como bandeiras, informações a respeito de alguns países ou orientações sobre como usá-lo.¹¹⁷

Na Antiguidade Clássica, a presença de um atlas pode ser comprovado na obra de Cláudio Ptolomeu que, em seu *Tratado de Geografia*, incluiu uma coleção de mapas, em forma de atlas, contendo um mapa mundi e mais vinte e seis mapas temáticos do mundo antigo.¹¹⁸

Já no período da Cartografia Moderna (século XVIII), o astrônomo francês Cesar-François Cassini de Thury desenvolveu um primeiro atlas com mapas topográficos para a França. Com o surgimento do Imperialismo (século XIX-XX), cada país necessitou de um atlas ou inventário cartográfico para suas explorações.¹¹⁹

Na França, Vidal de La Blache, com a idealização da Geografia Regional, incentivou as análises estatísticas, a estatística gráfica e a cartografia temática quantitativa. Vários atlas foram construídos, com a coletânea de mapas temáticos, que representavam diferentes regiões da Terra.¹²⁰

¹¹⁶ HARLEY, B. "Maps, knowledge and power" In: COSGROVE, D. e DANIELS, S., 1988. *The Iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge University Press, New York. Imhof, E., 1972, *Tematische*.

¹¹⁷ ALMEIDA, R. D. de, LE SANN, J. *Cartografia na escola: Atlas escolares*. Disponível em: <<http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ce/tetxt4.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

¹¹⁸ HARLEY, B., 1988, op. cit.

¹¹⁹ MARTINELLI, M., 2003, op. cit., p. 3.

¹²⁰ MARTINELLI, M., 2003, *ibid*.

Ao desenvolvimento dos atlas deve-se também a mudança de vertente de uma divulgação restrita dos mapas temáticos, detendo-se somente ao uso militar e governamental, para instrumentos de compreensão e controle do espaço, para toda a sociedade interessada.

Conforme Martinelli¹²¹, a Cartografia, com a produção dos atlas geográficos, contribuiu de forma significativa para a compreensão do espaço geográfico, incluindo também o território. Esses atlas auxiliaram na delimitação de Estados Nações, Tratados e enfocaram as áreas de interesse dos colonizadores. Tinham o objetivo de “demarcar” o território representativamente e auxiliar nas explorações das navegações.

No Brasil, a partir da década de 1950, os atlas adotaram um enfoque voltado para a questão territorial. Após o XIX congresso realizado pela União Cartográfica Internacional (1960) e de algumas orientações feitas por Salichtchev, foi definido que cada país poderia criar atlas regionais que serviriam de complementação aos atlas nacionais, abordando as regionalizações socioeconômicas, chamando-as de *regiões operacionais*. Em 1987, a Associação Cartográfica Internacional criou uma comissão para os atlas nacionais e regionais.¹²²

As técnicas principais aplicadas na produção dos atlas digitais são as utilizadas pelas geotecnologias:

- a) Coleta: Realizada pela cartografia, sensoramento remoto, fotogrametria, topografia, sistema de posicionamento global (GPS) e dados alfanuméricos;
- b) Armazenamento: Através de banco de dados, integrado ou não ao mapeamento;
- c) Tratamento e análise: Pode ser realizada através de modelagem de dados, geoestatística, análise de redes, análise topológica e reclassificação;

¹²¹ MARTINELLI, M., 2007, op. cit.

¹²² MARTINELLI, M., *ibid.*, 2003, p. 61-62.

d) Divulgação e uso integrado: através de softwares de SIG, intranet, internet e cd-rom.¹²³

Atualmente, os atlas têm como grandes aliados as geotecnologias, pois possuem uma série de operações voltadas para a integração de dados. Cada mapa resultante de um atlas digital resulta de um ou mais planos de informação (*layer*) de formato vetorial ou raster.¹²⁴ Contemporaneamente as geotecnologias possibilitaram uma nova alternativa para a manipulação, visualização e pesquisa com os atlas. Surgiu então os atlas digitais, também chamados de atlas eletrônicos.

Os atlas eletrônicos ou digitais permitem ao usuário uma maior confiabilidade nos dados resultantes, a abstração do espaço de estudo, além de agrupar informações complexas, através de Sistemas de Informação Geográfica. Também possibilita estudos para previsão de cenários futuros no território.

Os atlas eletrônicos estão contribuindo para a seara geográfica, sendo um “atlas desenvolvido para ser utilizado principalmente em mídia eletrônica”.¹²⁵ O atlas eletrônico é um produto e, conforme Taylor¹²⁶, existem vários sistemas e produtos já no mercado de atlas e estes podem ser classificados de acordo com o grau de suas capacidades analíticas: desde sistemas que podem ser “somente vistos”, com permissão simplesmente da apresentação dos dados; até sistemas mais complexos, que permitem aumentar graus de interação dinâmica e análises. Para demonstrar as aplicações diversas dos atlas digitais, serão comentados alguns trabalhos existentes.

A Mapoteca Digital Humboldt foi uma proposta criada em 2003 pelo Laboratório de Ensino Pesquisa e Análise Espacial, do Departamento de Geociências da Universidade

¹²³ MATIAS, L. F. *Sistema de informações geográficas (SIG): teoria e método para representação do espaço geográfico*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geociências (FFLCH). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

¹²⁴ MARTINELLI, M., *ibid.*, 2003, p. 10.

¹²⁵ SIEKIERSKA, E. *Electronic atlases and cartographic multimedia products: from CD-ROM to Internet*. São Paulo: ICA/USP, 1996.

¹²⁶ TAYLOR, 1991, *op. cit.*

Federal da Paraíba (LEPAN). Este grupo defendeu a questão das dificuldades de acesso à Cartografia Digital pelos usuários de SIG, então decidiu democratizar o acesso às bases cartográficas digitais. Também justificam esse armazenamento dos dados cartográficos pela mapoteca devido aos seguintes motivos: alto custo de produção; valor estratégico dos produtos; negociações de dados no "mercado negro"¹²⁷; o elevado grau de especialização das empresas e dos profissionais que geram esses dados; o preconceito quanto à posse de um dado como pré-condição para acesso a serviços de consultoria; a concorrência estimulada no meio acadêmico; a ação das empresas geradoras em revender o mesmo produto diversas vezes e; o interesse de setores governamentais em restringir o uso de informações.¹²⁸

Foi criado no laboratório um banco de dados, composto pelos arquivos digitais de mapas e imagens, que junto com um sistema de identificação e de busca, que constituem uma Mapoteca Digital. Em 2003 já contava com um acervo de mais de 1.000 arquivos, especificamente do Estado da Paraíba e do nordeste brasileiro.

As contribuições desse trabalho estão no fácil acesso aos estudantes e demais usuários aos dados, tanto via *internet* como *intranet*, a troca de informações entre pesquisadores, grupos de pesquisa que trabalham com Geografia, Cartografia e demais áreas afins; comercialização para empresas privadas que se interessarem pelas informações.

O Atlas do Estado de São Paulo¹²⁹, construído no Laboratório de Cartografia do Instituto de Geografia da USP, trata-se de uma obra datada de 1972, porém foi atualizada com o uso de novas técnicas de Cartografia Temática. Este atlas complementou um projeto maior do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o chamado Sistema de Atlas.¹³⁰ Sua

¹²⁷ Comércio ilegal de produtos de SIG, devido a dificuldade de acesso aos dados tão presente em prefeituras, instituições privadas e também algumas públicas.

¹²⁸ NEVES, A. I. das; VIANNA, P. C. G. *Mapoteca digital Humboldt*. Geo Crítica/Scripta Nova. Revis ta electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2004, vol. VIII, núm. 170-64. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-64.htm>> [ISSN: 11 38-9788]. Acesso em: 16 jun 2008.

¹²⁹ MARTINELLI, M. *O Atlas do Estado de São Paulo*. Boletim Goiano de Geografia Goiânia - Goiás – Brasil, v. 27 n. 2 p. 51-77 jan/jun. 2007.

¹³⁰ MARTINELLI, M., 2007, *ibid.*, p. 61.

contribuição foi no sentido de transformar dados analógicos em digitais, e assim poder ser reutilizado por outras instituições para basear o mapeamento temático do Estado de São Paulo, que possui a maior gama de trabalhos voltados para a construção de atlas no país atualmente, difundindo e incentivando a outros estados brasileiros ao trabalho cartográfico.

O Atlas da Economia Paulista, elaborado pela Secretaria de Economia e Planejamento, visa diagnosticar a atual geografia econômica do Estado de São Paulo. Demonstra a espacialidade da economia estadual e da área central paulista, notadamente da indústria e dos serviços. Contribui, portanto, para a caracterização da geografia econômica do Estado de São Paulo na atualidade, onde os proprietários e empresários de atividades nos setores da economia paulista podem elaborar um plano de ação para a instalação, expansão e modificações em suas atividades.¹³¹

O IBGE publicou em 1992 o Atlas Nacional do Brasil, que em 2004 foi atualizado em forma digital. Este aborda os temas: limites político-administrativos, rodovias, rios, sedes dos municípios, áreas de preservação; estatísticas dos Censos Demográficos de 1970 a 2000, do Censo Agropecuário 1996, da Produção Agrícola Municipal e da Produção da Pecuária Municipal. A organização espacial no atlas retrata a produção do território, através da divisão territorial do trabalho, as linhas de fluxos territoriais e desigual territorialidade dos processos sociais. Essa nova alternativa, que está disponível em DVD, é um grande recurso para os usuários que têm interesse em compreender nosso país. Apesar de atingir tais objetivos, que foi difundir o conhecimento do território brasileiro, deve ser mais divulgado aos estudantes e escolas, através de uma distribuição gratuita desses dados.¹³²

A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) conta com uma infraestrutura e profissionais que elaboram estudos e documentos cartográficos de toda a região

¹³¹ MORAES, A. C. R. *Introdução ao Atlas SEADE da Economia Paulista*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/introducao.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2008.

¹³² IBGE. *Mapeamento das Unidades Territoriais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia.defaultterritint.shtm?c=3>>. Acesso em: 04 abr. 2008.

metropolitana de São Paulo. Entre os produtos elaborados com geotecnologias, os mais relevantes são: Mapeamento do uso e ocupação do solo da Região Metropolitana de São Paulo e Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, mapa de expansão da área urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, atlas do uso e ocupação do solo dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, pareceres técnicos.¹³³ Estes dados contribuem para a gestão de prefeituras e os diversos órgãos destes municípios trabalhados, também projetos de pesquisa universitários, trabalhos de ação civil e privada, como fonte de informação e base para outros projetos (municipais).

Um importante trabalho cartográfico é realizado pelo Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC), através dos mapas das Regiões Administrativas e Metropolitanas do Estado de São Paulo. Estas cidades metropolitanas podem solicitar os dados para realizarem trabalhos técnicos, como planejamentos e estudos sobre as regiões metropolitanas paulistas.¹³⁴

Outra relevante contribuição é a elaboração de um Atlas Interativo para a Zona Azul de Presidente Prudente (SP). Através de um *browser* o usuário pode acessar recursos que permitem gerar mapas temáticos de acordo com os objetivos. Os resultados obtidos permitem ao usuário acessar consultas pelo tipo de serviço, número do telefone, nome e número do logradouro ou pelo uso da terra dado à edificação. Posteriormente estes serviram de base a consultas diversificadas, para ter acesso aos usos da terra, endereços, ortofotos dos locais trabalhados. Atingiu o seu objetivo, por ser uma geoinformação muito importante não somente para a gestão urbana, mas para a população.¹³⁵

¹³³ EMPLASA. Produtos cartográficos. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/lojavirtual/cartograficos.asp>>. Acesso em: 10 mai. 2008.

¹³⁴ Disponível em <<http://www.igc.sp.gov.br/index.htm#prodcartog>>. Acesso em: 10 mai. 2008.

¹³⁵ MENEGUETTE, A. A. C.; MELO, A. C. de; SILVA, F. M. da. *Implementação e disponibilização de um atlas interativo para a Zona Azul de Presidente Prudente, SP*. Revista Brasileira de Cartografia nº 55/02. p. 35.

Almeida¹³⁶ realizou uma pesquisa para o desenvolvimento de um atlas para o ensino público. Uma colaboração em parceria entre professores da rede estadual e professores da universidade resultaram nos atlas municipais de Limeira (SP), Rio Claro (SP) e Itapeúna (SP). Os resultados foram positivos quanto a questão da geração de conflitos e soluções enfrentadas durante a elaboração do trabalho, a adaptação dos professores na construção de um atlas, pois era uma tarefa adversa de seu ambiente de trabalho em geral, e a disposição de um material de consulta para os alunos do ensino fundamental destes locais e locais próximos.

Entre os atlas que trabalham com o Estado do Paraná, cabe citar o Atlas Geomorfológico do Paraná, construído pela equipe da Mineropar em acordo com o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná. Contém mapas sobre as Principais Unidades Geológicas do Paraná, Cobertura Sedimentar Cenozóica, Mapa Geológico, Mapa das Idades Geológicas do Estado, dados sobre a geologia das bacias paranaenses (Segundo e Terceiro Planalto). Trata-se de uma grande contribuição para o conhecimento da Geologia do Estado, visto que em estudos geográficos é importante também conhecer fontes sobre aspectos geológicos da área estudada.¹³⁷

Está sendo construído por Santos Júnior¹³⁸, aluno do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), mestrado criado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, um Atlas do Paraná. Está empregando em seus mapas o programa ArcView GIS® e inseriu dados e mapas sobre a localização geográfica do estado, hidrografia, relevo, clima, vegetação, uso do solo, sistema viário e regiões turísticas. Sua colaboração está em oferecer

¹³⁶ ALMEIDA, R. D. de. *Atlas municipais elaborados por professores: a experiência conjunta de Limeira, Rio Claro e Ipeúna*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622003000200003&script=sciarttext&tlng=en>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

¹³⁷ Disponível em: <<http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

¹³⁸ SANTOS JÚNIOR, C. do E. *Atlas do Paraná: o uso de novas tecnologias*. Disponível em: <<http://200.189.113.123/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/mapas/atlascomentados/parana.pdf?PHPSESSID=5473bd09b05c62a2485d044fee13f6ee>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

um futuro material de apoio aos professores de Geografia da rede estadual de ensino, visto que este será disponibilizado no site de educação do estado.

A implantação de um atlas eletrônico interativo como um instrumento de auxílio à assistência social do Paraná é um projeto desenvolvido por Delazari.¹³⁹ Para a sua construção foi utilizada a programação Visual Basic e o conjunto de classes do MapObjects 2.0a (ESRI). Através dos resultados, foi possível subsidiar as consultas e a tomada de decisões a respeito na área de Assistência Social, contribuindo para a melhoria das políticas públicas do Estado.

O atlas ambiental da cidade de Londrina foi criado por uma equipe de professores da Universidade Estadual de Londrina.¹⁴⁰ Através dos softwares Spring e Philcarto, foram construídos mapas sobre os temas localização da cidade no Brasil e no Paraná, sua expansão urbana, substrato natural, substrato social e dinâmica ambiental da cidade. Sua contribuição foi em fornecer dados a respeito dessa cidade, para auxílio em pesquisas e o conhecimento da cidade de Londrina não somente em sua dimensão urbana, mas também ambiental.

O Atlas Digital do Patrimônio Arquitetônico da Cidade da Lapa constitui uma proposta inovadora para a gestão do patrimônio cultural em casos de sítios históricos tombados. O uso de geotecnologias nesse caso é indicado para a análise da gestão do patrimônio arquitetônico, pois a administração pública poderá usar esses dados em sua gestão urbana e as análises espaciais realizadas na pesquisa atenderão a diferentes objetivos, como planejamento urbano, desenvolvimento turístico, material de estudos para diferentes necessidades.

Mediante os exemplos mencionados, encontram-se várias possibilidades de gerir com confiabilidade o território através da Geografia. Com o grande número de instrumentos

¹³⁹ DELAZARI, L. S. *Modelagem e implementação de um atlas eletrônico Interativo*. Disponível em: <http://www.rbc.uftj.br/_pdf_58_2006/58_01_10.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2008.

¹⁴⁰ ARCHELA, R. S. et al. *Atlas ambiental da cidade de Londrina*. Disponível em: <<http://www.uel.br/revista/s/atlasambiental/>>. Acesso em: 10 set. 2008.

cartográficos contemporâneos, como os mapas digitais, atlas digitais, modelos de superfície, ortofotocartas, entre outros, cabe aos órgãos gestores e as empresas tomarem a iniciativa e escolherem um método para implantarem em suas práticas de trabalho.

Essa prática já está sendo adotada em várias cidades brasileiras, porém a preparação do profissional que trabalha com esse ramo é ainda muito incipiente. O geógrafo é um profissional chave para estudos com análises espaciais, podendo contribuir com a gestão e o planejamento em espaços urbanos, áreas ambientais, desenvolvimento econômico e social.

A sociedade conhecendo também o território do qual ela faz parte, se tornará mais cidadã, pois compreenderá os fenômenos que ocorrem em seu espaço de vivência, podendo assim, julgá-los, modificá-los e tornar-se participante da gestão, ao invés de ser uma mera expectadora dos fatos.

CAPÍTULO III

CONSTRUÇÃO DO ATLAS DIGITAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO DA CIDADE DA LAPA (PR)

Seja qual for a definição que adotemos para os mapas, a grande verdade é que esse tipo de representação gráfica sempre esteve associada ao conhecimento geográfico.

Lindon Fonseca Matias, 1996.

Ao longo desta pesquisa trabalhou-se discussões teóricas a respeito de patrimônio cultural arquitetônico, Cartografia, atlas, Geografia e gestão do patrimônio.

Este capítulo tem como objetivo apresentar o processo de pesquisa, seleção e elaboração do mapeamento do Atlas Digital do patrimônio arquitetônico da Lapa. Primeiramente, explica-se como foram pesquisados os dados cartográficos, documentais e digitais para o trabalho. Posteriormente, como se utilizou esses dados e os transformou nos temas que formam o mapeamento temático do Atlas Digital.

Também se pretende neste capítulo possibilitar novas sugestões aos trabalhos com tratamento de dados cartográficos para um local de patrimônio tombado, se propondo uma nova metodologia a se adotar pela gestão do patrimônio cultural, o turismo e a sociedade.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO DA CIDADE DA LAPA (PR)

A cidade da Lapa possui construções datadas dos séculos XVIII e XIX, As primeiras iniciativas em proteger o patrimônio histórico da Lapa coincidiram com a data de criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (SPHAN) em 1937, onde se tombou a Casa Lacerda, a Igreja Matriz de Santo Antonio, o Teatro São João, o Museu de Armas e Câmara Municipal e o atual Museu Histórico da Lapa. Mas a sociedade lapiana na

época considerou somente esses casarões como tendo importância para a preservação, ignorando o restante dos casarões do local.

Essa idéia permaneceu até o período do tombamento do Centro Histórico (1979 a 1989), onde os casarões encontravam-se em situação precária, pois apesar de existir leis municipais para a proteção do patrimônio estas estavam sendo desrespeitadas, até mesmo pela gestão municipal, que na época (1974) não era a favor da preservação. Algumas ações de demolição das edificações antigas se realizaram, para ceder lugar a construções de 2 pavimentos voltados para a especulação imobiliária. Isto levou a uma decisão em 1979: o tombamento emergencial. Através de negociações entre o IPHAN, Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná definiu-se uma área para o tombamento, que resultou no Centro Histórico da Lapa (Mapa 3 – Anexo 2).

O primeiro Plano Diretor da cidade da Lapa foi criado em 1979, em um acordo entre a Prefeitura Municipal, a Universidade Federal do Paraná e a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná (FAMEPAR). Este institucionalizou o Centro Histórico delimitando a área a ser preservada e indicando os parâmetros de construção, que resultou na Lei Municipal em 1980. A delimitação do centro histórico foi baseada nas seguintes pesquisas: dados históricos, documentos iconográficos, bibliografia, legal e reconhecimento físico da área em campo.¹⁴¹ Desse trabalho foi feita uma classificação básica de cada edifício:

Arquitetura luso-brasileira – edifícios do século XVIII e XIX, tendo sistema construtivo de origem portuguesa. Na cidade há 55 edifícios com estas características;

Arquitetura imigrante – edifícios construídos com alternativas típicas dos países de origem dos imigrantes, como exemplo telhados com inclinações acentuadas, telhas planas ou alemãs e o emprego de beirais de lambrequins. Destes há 50 edifícios;

Arquitetura eclética – edificada no final do século XIX até 1940. Há 25 edifícios;

¹⁴¹ CULTURA, S. do E. da, 1993, id.

Arquitetura contemporânea – edifícios construídos a partir de 1940, sendo os 40% restantes.

Há uma definição diferente sobre a arquitetura do Centro Histórico da Lapa, elaborada e atualizada pelo IPHAN em 1998: Arquitetura civil, arquitetura civil privada, arquitetura civil pública, arquitetura de imigração, arquitetura de estilo italiano, arquitetura luso brasileira, arquitetura militar, arquitetura neocolonial.

A classificação dos imóveis na cidade da Lapa seguiu as seguintes regras: “altura, época de construção, uso, valor intrínseco e em relação ao conjunto”.¹⁴² Destas: a) 65% das edificações têm apenas 1 pavimento e 14% um pavimento com sótão¹⁴³; b) o edifício mais antigo é a Matriz de Santo Antônio, que data da segunda metade do século XVIII; c) 38 edificações são do século XIX, 76 da primeira metade do século XX e 136 da segunda metade; d) metade das edificações têm uso residencial; 83 edificações foram classificadas, por seu valor interno, como fundamentais para caracterização do Setor Histórico; e) 81 edificações foram catalogadas como neutras (não contribuem nem prejudicam o conjunto; f) outros 34 eliminando alguns elementos foram definidos como anteriormente; g) 18 foram classificados como conflitantes. Os graus de proteção 1 foram para 46 edificações (17,82%), o grau de proteção 2 foram para 36 edificações (13,95%), o grau de proteção 3 para 43 edificações (16,66%) e o grau de proteção 4 para 133 edificações (51,55%).

Parchen¹⁴⁴ define os graus de preservação, o grau 1 é mais restritivo, mantendo os móveis praticamente inalterados, sendo possível fazer alterações internas na construção, mas não podendo descaracterizar a estrutura principal do edifício. O grau 2 abrange os edifícios de alto valor arquitetônico que já foram modificados em parte. Podem ser restaurados, desde que se volte para sua forma original e também sofrer alterações internas, nunca pode mudar sua cobertura, a não ser para a original. O grau de preservação 3 possibilita mais liberdade,

¹⁴² PARANÁ, S. E. C., 1993, id, p. 28-29.

¹⁴³ LAPA, P. M.; VERTRAG PLANEJAMENTO, 2003, op. cit.

¹⁴⁴ PARANÁ, S. do E. da C., 1993, id.

pois os edifícios já são unidades de acompanhamento, portanto devem ser mantidos quanto ao alinhamento, altura e alguns outros parâmetros, mas também podem se alterar interna e externamente, é permitida a ampliação para o fundo e o lado, mas seguindo algumas normas. Já o grau 4 não é de preservação, apenas um acompanhamento de conjunto onde as demolições são permitidas.

Entre as edificações históricas importantes existentes na cidade da Lapa alguns merecem destaque de serem abordadas:

- Casa da Memória (Figura 6) – construção de 1888, onde são guardados documentos sobre a origem do município e livros da Associação Literária Lapiana, entre outros documentos históricos.¹⁴⁵ Possui a arquitetura civil pública.



Figura 6 – Casa da Memória
Fonte: BURDA, 2008.

¹⁴⁵ LAPA, Prefeitura Municipal da. 2007, ibid.

- Casa Lacerda (Figura 7) – Foi construído entre 1842 e 1845, sendo em 1981 doado ao SPHAN/Pró-Memória. Durante a Revolução Federalista foi o quartel da Segunda Brigada e hoje é o único museu federal da cidade que preserva sua decoração original. Possui arquitetura civil em alvenaria de pedra e estuque, pertencente à arquitetura de estilo luso-brasileira do século XIX. No ano de 1981 seu edifício foi totalmente restaurado, preservando suas características originais.¹⁴⁶
- Igreja Matriz de Santo Antonio (Figura 8) – Inaugurada em 1784 em homenagem ao padroeiro da Lapa, contendo imagens datadas do século XIX. Sua arquitetura é de estilo colonial português.¹⁴⁷
- Câmara de Câmara e Cadeia/Museu de Armas (Figura 9) - Inaugurada em 1868, tornou-se símbolo da autonomia municipal do Brasil Império. Foi cadeia e hoje abriga a Câmara dos Vereadores e o Museu de Armas. Sua arquitetura é de estilo colonial português.¹⁴⁸
- Museu Tropeiro (Figura 10) – Casa de paragem dos tropeiros na época do Tropeirismo, construída em 1868. Sua arquitetura é luso-brasileira e sua fachada é típica da fase tropeirista. Abriga atualmente o Centro de Artesanato Aloísio Magalhães.¹⁴⁹
- Prefeitura Municipal da Lapa (Figura 11) – Foi construído em 1890 para funcionar como escola, onde se fundou o primeiro ginásio da escola. Edificação com arquitetura civil pública.¹⁵⁰
- Panteon dos Heroes (Figura 12) – Local construído para guardar os restos mortais dos ex-combatentes do Cerco da Lapa. Sua arquitetura é de estilo militar.

¹⁴⁶ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Casa Lacerda*. Curitiba, 2007. CD-ROM.

¹⁴⁷ LAPA, Prefeitura Municipal da. 2007, op. cit.

¹⁴⁸ LAPA, Prefeitura Municipal da. 2007, ibid.

¹⁴⁹ LAPA, P. M. da. 2007, op. cit.

¹⁵⁰ LAPA, P. M. da. 2007, ibid.

- Teatro São João (Figura 13) - Construído no ano de 1874 a 1876, local de funcionamento da Associação Literária Lapiana, posteriormente em 1933 foi adaptado para cinema e após 1940 foi espaço para leilões e festas religiosas. Como um teatro é classificado em sua arquitetura pelo seu palco, este segue a tradição italiana, ao invés do estilo elisabetano, como muitas pessoas vêm considerando erroneamente.¹⁵¹
- Memorial Ney Braga (Figura 14) – Construído por volta de 1880. Segue o estilo luso-brasileiro, sem eira nem beira. Em 1978, esse casarão foi adquirido pela Prefeitura Municipal e restaurado no ano seguinte, sendo entregue à população em outubro de 1979, onde funcionou a Biblioteca Pública Lapeana e atualmente abriga o Memorial Ney Braga.¹⁵²



Figura 7 – Casa Lacerda
Fonte: Arquivos da Casa da Memória

¹⁵¹ FILHO, J. L. P., 2008.

¹⁵² LAPA, P. M. da, 2007, *ibid.*



Figura 8 – Visão noturna da Igreja Matriz de Santo Antonio
Fonte: BURDA, 2009.



Figura 9 - Câmara de Câmara e Cadeia/Museu de Armas
Fonte: BURDA, 2008.



Figura 10 - Museu Tropeiro
Fonte: BURDA, 2009.



Figura 11 - Prefeitura Municipal da Lapa
Fonte: BURDA, 2008.



Figura 12 - Panteon dos Heróis
Fonte: BURDA, 2008.



Figura 13 – Teatro São João
Fonte: BURDA, 2008.



Figura 14 – Memorial Ney Braga
Fonte: LAPA, Álbum Fotográfico (s.d.), p. 75.

3.2 DEFINIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS GEORREFERENCIADOS

Para a elaboração do Atlas Digital, foi realizado um levantamento de dados cartográficos, iconográficos e documentais sobre os temas cidade da Lapa, patrimônio arquitetônico, memória das cidades e sistemas de informação geográfica urbano. Os principais locais pesquisados foram a Prefeitura Municipal da Lapa, Biblioteca Municipal, Casa da Memória, 10ª Superintendência do IPHAN, Secretaria da Cultural do Estado do Paraná e Sanepar.

Nos arquivos públicos municipais foi encontrada uma base cartográfica digital, contendo os bairros em escala 1:30.000 e o centro da cidade em escala 1:4.500. Esta foi elaborada no programa AutoCAD® a partir de um recobrimento aerofotogramétrico do ano

de 1998 do município, que estava em edição. O próprio funcionário da secretaria relatou a precariedade de disponibilidade sobre dados digitais do município e a dificuldade de atualização deste material, devido a falta de recursos e materiais para o trabalho técnico.

Essa etapa resultou nos mapas temáticos sobre a arborização, rede elétrica e parte do mapa hipsométrico do Centro Histórico da Lapa, que serão detalhados posteriormente no Anexo 2, que consiste em uma versão analógica do atlas digital.

Na Casa da Memória foram coletadas fotografias antigas da cidade, casarões e sociedade lapiana, que se seguem nos exemplos a seguir (Figuras 15, 16 e 17). Esse levantamento além de registrar os espaços tombados do Centro Histórico fotograficamente, auxiliou na comparação e percepção sobre a mudança da forma dos casarões (se acaso existiu), também para detectar se está ou não sendo respeitada a preservação a manutenção dos casarões. O Atlas Digital fornece uma série de dados iconográficos para consulta às pessoas que desconhecem o Centro Histórico.

Uma seleção dos Boletins de Informações Cadastrais das casas do Centro Histórico



Figura 15 – Inauguração da Praça General Carneiro

Fonte: LAPA, Álbum Fotográfico (s.d.), p. 26.

Org.: BURDA, 2008.



Figura 16 – Fórum Doutor Marcelino Nogueira e Rua das Tropas
Fonte: LAPA, Álbum Fotográfico (s.d.), p. 14.
Org.: BURDA, 2008.



Figura 17 – Fórum Doutor Marcelino Nogueira atualmente
Fonte: BURDA, 2008.

da Lapa permitiu a construção do banco de dados que constituem os seguintes atributos: lotes urbanos, edificações do Centro Histórico e data de construção. Estes boletins foram

registrados em fotografias digitais, onde se realizou a leitura e a construção do banco de dados.¹⁵³

Na 10ª Superintendência do IPHAN, além do trabalho de coleta de dados, havia objetivo compreender as características arquitetônicas dos edifícios e como era a organização espacial do patrimônio arquitetônico da cidade, o processo de tombamento, as formas de tombamento, obtenção das cartas patrimoniais, entre outros.

Primeiramente realizou-se uma entrevista com cunho investigativo para compreender a visão que um instituto voltado para a preservação patrimonial tem quanto à responsabilidade de auxiliar cidades com um patrimônio tombado e para entender como esta instituição atua de forma prática nos locais. A conclusão é que essa instituição tem muito clara a sua visão sobre a importância da preservação, porém ainda faltam materiais de apoio como produtos cartográficos para subsidiar a gestão deste patrimônio, onde o Atlas Digital pode contribuir nesse aspecto.

Os materiais coletados para a criação da base de dados no IPHAN foram:

- a) Plantas dos casarões do Centro Histórico – Estas plantas encontram-se individualmente para cada edifício tombado. Há também um quadro resumo com as características de cada planta. Esse material serve para ilustração do Atlas Digital e para a montagem do banco de dados nos seguintes aspectos das edificações: recuo, altura da fachada principal, tipo de acesso principal, número de pavimentos, técnicas construtivas das paredes externas e internas, cobertura do corpo principal, mapas de volumetria dos casarões e complementação da data de construção destes.
- b) Base digital sobre o centro histórico da Lapa¹⁵⁴ - esta se encontrava sem referência espacial, somente desenhado pelo programa AutoCAD®. Optou-se pelo georreferenciamento em campo utilizando tais materiais: uma imagem aérea

¹⁵³ Por existirem dados particulares nesses boletins, optou-se por não ilustrá-los na dissertação.

¹⁵⁴ A planta e a base de dados digital estavam no formato do programa AutoCAD®

do programa Google Earth extraída do cd-rom “Memória Iconográfica da Lapa”, criado pelo IPHAN e um aparelho de GPS. A partir disso definiu-se e marcou-se 24 pontos de controle no GPS, próximos às esquinas das quadras, não alinhados e alguns pontos no meio do perímetro do Centro Histórico. Após verificação do resultado utilizando o programa de SIG ArcGIS® se concluiu por verificação da equação de Erro Médio Quadrático (ERMS) que o georreferenciamento realizado em campo foi satisfatório, para o trabalho como o Atlas Digital, pois foi praticamente zero.

Além dos materiais que serviram de referência para a base cartográfica, foram adquiridos tais meios de consulta:

- a) Cd-rom Museu Casa Lacerda – possui dados sobre uma família de classe média paranaense da época, aspectos da arquitetura e planta da casa, eventos realizados no casarão e dinâmica do museu.
- b) Cd-rom Memória Iconográfica da Lapa – apresenta características históricas da Lapa (documentos históricos, recortes de jornal, galeria de fotos, planta da Lapa - com perímetro edificado em escala 1:1.000 e datado de 1900 (Figura 18).

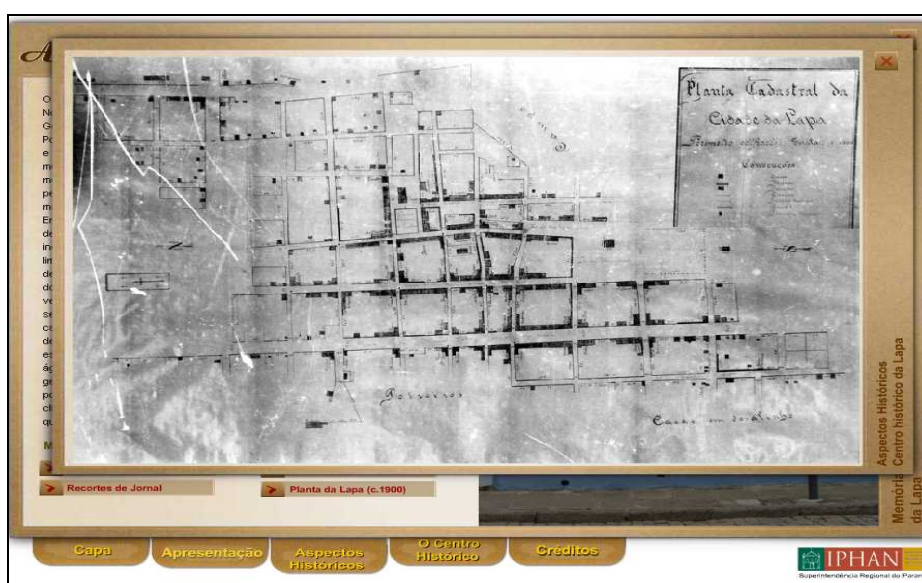


Figura 18 – Planta Cadastral da cidade da Lapa (1900)

Fonte: IPHAN, 2007.

Org.: BURDA, 2008.

- c) Inventário de bens arquitetônicos (IBA) - Foi criado com o objetivo de armazenar em um banco de dados com informações a respeito dos bens tombados no Centro Histórico. Está disponível em formato para Microsoft Access.

Figura 19 – Exemplo de página do inventário de bens arquitetônicos

Fonte: IPHAN, 2007.

Org.: BURDA, 2008.

- d) Banco de dados dos monumentos tombados – Semelhante ao inventário de bens arquitetônicos, porém possui dados dos monumentos individuais.

Figura 20 – Exemplo de página do banco de dados dos bens tombados

Fonte: IPHAN, 2007.

Org.: BURDA, 2008.

Na Secretaria de Estado da Cultura do Paraná foi consultada a Divisão de História da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná (CPC). Além da entrevista realizada com o historiador responsável, foi realizada uma pesquisa ao acervo documental, a qual se obteve alguns documentos importantes como: o processo de tombamento do Teatro São João, projeto da estruturação legal do Museu “Casa Coronel Joaquim Lacerda” (1991); processo de Tombamento da Casa Vermelha e o levantamento da Casa Vermelha para restauração.

Após a conclusão deste levantamento, partiu-se para a elaboração dos mapas temáticos do Atlas Digital. Sem esse processo de pesquisa, certamente não chegaria ao resultado final deste trabalho, e aqui se destaca a importância de institutos que possuem um acervo a respeito do patrimônio cultural.

3.3 MAPEAMENTO TEMÁTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO

O primeiro passo que foi realizado para o mapeamento temático foi a definição sobre qual seria a área de estudo. Detectou-se que a área do Centro Histórico delimitada pelo IPHAN em sua base de dados digital apresentava casas que ficavam excluídas da área do Centro Histórico. Então se decidiu pela ampliação do tamanho da área de estudo o que foi realizado adotando-se um perímetro ampliado de 90 metros no entorno da área anteriormente delimitada do Centro Histórico pelo IPHAN (Mapa 3 – Anexo 2).

O segundo passo foi definir os demais temas que formariam o Atlas Digital em função do objetivo principal a ser atendido. Para essa seleção foram levados em conta os seguintes critérios:

- 1 - Quais temas teriam importância para o conhecimento do patrimônio cultural arquitetônico da cidade?

2 - Quais temas poderiam servir de apoio à gestão do patrimônio cultural arquitetônico lapeano?

3 - Qual a melhor forma de representar esses dados para os gestores?¹⁵⁵

4 - Qual a linguagem gráfica adequada a ser adotada em função da gestão desse patrimônio? Procurou primeiramente construir os mapas conforme as teorias cartográficas de Bertin. Após verificação, foi detectado que esta representação não seria adequada para o Atlas Digital em questão, mudando para a cartografia com uma linguagem de diferenciação.

5 - Que formato e disponibilização dos dados teria o Atlas Digital? Decidiu-se que o Atlas Digital seria disponibilizado em formato analógico (na dissertação); e digital, em formato .PDF do programa Acrobat Reader e em forma de animação de vídeo (arquivo AVI). Dessa forma, os usuários que tem dificuldades em trabalhar com um programa de SIG terão acesso facilitado dos dados, bem como estes dados ficam restritos de cópias indevidas.

O mapeamento temático se detalhará a seguir. Os temas aqui apresentados estão elencados segundo a sua ordem de visualização do atlas, partindo-se da visão geral para a específica do Centro Histórico.¹⁵⁶

Mapa 1 – Localização do Município da Lapa no Brasil. A base de dados para o tema Unidades da Federação foi retirada de um mapeamento do território brasileiro, que se encontrava como um banco de dados em formato (.mdb). A base que se usou para o município da Lapa se derivou da base de dados digital da Prefeitura Municipal, em formato *shapefile* (.shp). Ambas foram editadas no software ArcGIS.

Mapa 2 – Localização do Município, Perímetro Urbano e Centro Histórico da Lapa. O perímetro urbano foi extraído da base digital municipal; a área do Centro Histórico foi

¹⁵⁵ As perguntas 1, 2 e 3 serão respondidas no decorrer do texto dos capítulos III e IV.

¹⁵⁶ Verificar os mapas no Anexo 2.

editada do limite definido a ser adotado como área de estudo. Os mapas do Paraná e do município foram retirados do IBGE e da base da prefeitura, tendo o objetivo de localização para o usuário.

Mapa 3 – Delimitação da área de estudo do Centro Histórico da Lapa. O tema delimitação foi criado por um buffer da área delimitada anteriormente pelo IPHAN.

Já o tema edificações foi construído com a base digital do IPHAN, onde foi separado este tema, que se encontrava em formato do software AutoCAD® (.dwg), com linhas duplicadas e linhas abertas.

Esse tema foi dividido em tais atributos:

- a) Nome do proprietário, endereço, unidade construída (m), testadas (m), número de pavimentos, tipo de recuos e área (m²). Esses atributos foram pesquisados nos boletins de informação cadastral da prefeitura municipal.
- b) Grau de proteção, tipo de tombamento, tipo de acesso, tipo de pavimentos, data de construção, planta e tipo de arremate frontal. Extraídos de informações do banco de dados do IPHAN.
- c) Média e intervalo de altura, fotos. Retirado de saída de campo com máquina fotográfica e medição do ângulo da sombra, usando o transferidor e uma trena.¹⁵⁷

Após esse processo, transformou-se os dados para o programa ArcGIS (.shp) e os converteu em polígonos. O mesmo procedimento foi adotado para o tema lotes. Os atributos deste são:

- a) Zoneamento, quadra, área e número do lote, imposto, taxas, uso da terra em 1990. Baseados nos boletins de informação cadastral da prefeitura municipal.
- b) Uso 2009, fotos. Saída em campo com verificação dos lotes do Centro Histórico e registro em máquina fotográfica digital.

¹⁵⁷ Esse método consiste em medir o ângulo que a sombra dos casarões forma em determinado horário do dia. Acha-se a tangente desse ângulo e calcula a altura de um triângulo, pois é obtida por medição por trena da distância da parede da edificação até o final da sombra projetada.

Mapa 4 – Tipo de vias. As vias foram digitalizadas em tela, como linhas, seguindo o centro entre as quadras. A diferenciação do material de cada via foi baseada em levantamento em campo. Já os atributos, que são a extensão das vias, foi realizado através de pesquisa junto a Secretaria de Planejamento da prefeitura. A partir de um mapa analógico foram medidas e calculadas as distâncias por um escalímetro. Os dias de coleta de lixo foram obtidos no mesmo local.

Mapa 5 – Data de construção das edificações. Um atributo do tema edificações foi dividido e pesquisado nos boletins de informação cadastral da prefeitura e no banco de dados do IPHAN.

Mapa 6 – Vegetação arbórea. Tema pontual, obtido através da base digital da prefeitura da cidade.

Mapa 7 – Estilo Arquitetônico das edificações. Baseado nos bancos de dados fornecidos pelo IPHAN. Segue o mesmo número de casarões do tema edificações, porém foi criado como um novo tema, pois futuramente pode estar sujeito a informações adicionais.

O tema geral infra-estrutura repete o mesmo layer das edificações em sua forma; porém este foi dividido em um banco de dados com vários atributos, que resultados nos mapas 8 ao 16.

Mapa 8 - Tipo de cobertura das edificações. Divide-se em alvenaria, cimento/amianto, concreto, especial, laje, palha/zinco, telha de barro e não identificado. Baseado nos boletins de informação cadastral da prefeitura municipal.

Mapa 9 – Estado de conservação das edificações. Sua fonte foram as visitas realizadas pela prefeitura municipal nas casas, que as classificou a conservação em boa, má, ótima e regular.

Mapa 10 – Material construtivo das edificações. Baseado nos boletins de informação cadastral da prefeitura municipal, divide-se em alvenaria, cimento, concreto, madeira, metálica, telha de barro, não identificada e telha de barro.

Mapa 11 – Tipo de forro das edificações. Baseou-se nos boletins de informação cadastral da prefeitura municipal, divide-se em chapas, estuque/gesso, inexistente, laje, madeira, mais que um, não identificado e reboco/pintura.

Mapa 12 – Situação da instalação elétrica no Centro Histórico da Lapa. Para a classificação da situação da rede, pesquisou-se os boletins de informação cadastral da prefeitura municipal e o tema postes foi construído com base nos arquivos digitais em formato do software AutoCAD® (.dwg), disponibilizados pela Sanepar.

Mapa 13 – Tipo de piso das edificações. Baseou-se nos boletins de informação cadastral da prefeitura municipal, divide-se em cerâmico, cerâmico e carpet, cimento, especial, madeira e carpet, não identificado, pedra bruta, taco e zinco.

Mapa 14 – Instalação sanitária das edificações. Baseou-se nos boletins de informação cadastral da prefeitura municipal, onde se dividia em externo, interno, inexistente, mais que um e não identificado, Para fins de classificação no banco de dados, modificou para três temas: existente, inexistente e não identificado.

Mapa 15 – Técnicas de construção das edificações. Baseou-se nos boletins de informação cadastral da prefeitura municipal, dividindo-se em técnicas de construção das paredes internas e paredes externas.

Mapa 16 – Material da vedação das edificações. Baseou-se nos boletins de informação cadastral da prefeitura municipal, dividindo-se em alvenaria, concreto, madeira, plástica, taipa e não identificada.

Mapa 17 – Hipsometria do Centro Histórico da Lapa. Para criar este tema, foram usadas as curvas mestras (cada 500 metros) e intermediárias (cada 100 metros) e os pontos

cotados; ambos adquiridos da base da prefeitura municipal. Gerou-se um modelo tridimensional do terreno através do programa ArcGIS, que resultou na seguintes classes de altimetria: 908 metros, 912 metros, 916 metros, 920 metros, 924 metros, 928 metros. Totalizaram-se 6 classes, que vão de 908 metros a cerca de 928 metros.

Mapa 18 – Uso da terra em 1990 do Centro Histórico da Lapa. Basearam-se nos dados do boletim de informação cadastral da prefeitura municipal, que datavam em sua maioria de 1990. Também foi pesquisado o banco de dados do IPHAN, cujo ano em que finalizava o tombamento da cidade era de 1990.

Mapa 19 – Uso da terra atual do Centro Histórico da Lapa. Definiu-se através da atualização em campo do tema lotes do Centro Histórico.

Mapa 20 – Mapa do zoneamento. Baseou-se no plano diretor de 2003, com a complementação dos temas lotes, vias e quadras.

Mapa 21 – Roteiro de visitação. Este mapa resultou para criar-se uma alternativa de consulta ao turista que não conhece a cidade, ou que conhece e possui dúvidas quanto aos locais de visitação, bem como para onde prosseguir em seu passeio. Foi baseado em conhecimentos locais sobre a área do Centro Histórico.

CAPÍTULO IV

O ATLAS DIGITAL COMO INSTRUMENTO PARA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUITETÔNICO DA LAPA (PR)

Em suma, a inserção do universo computacional no estudo e planejamento de cidades trouxe novos paradigmas sobre a forma de entender, pensar e, sobretudo, agir sobre o espaço urbano.

Rosangela Doin de Almeida,

2007.

Segundo Batty¹⁵⁸ há mais de 50 anos os computadores foram empregados para estudos de problemas sociais e econômicos para quantificação. Posteriormente, passaram a ser utilizados para armazenar e processar banco de dados e para os negócios. Os modelos aplicados às áreas urbanas surgiram em 1960, quando foram construídos modelos de sistemas de transportes e aplicação do uso da terra para as cidades. Alguns estudos demográficos e econômicos também fizeram parte destas análises, o que serviu de suporte para institutos como o IBGE.

Atualmente a informática utilizada para a geinformação está voltada para o desenvolvimento de banco de dados, análises espaciais, elaboração de simulações, prognósticos e projetos, especialmente para a área do planejamento.¹⁵⁹ E este contexto se reflete neste Atlas Digital, que serve também como apoio ao planejamento e gestão urbanos. Foram criados vários mapas temáticos que podem servir de suporte para a gestão do patrimônio cultural arquitetônico da cidade, que serão apresentados adiante.

4.1 ATLAS E GESTÃO: A UTILIDADE DESTE INSTRUMENTO PARA UMA GESTÃO EFICIENTE NO CENTRO HISTÓRICO DA LAPA

¹⁵⁸ ALMEIDA, C. M. de; CÂMARA, G., MONTEIRO, A. M. V. (org.). *Geoinformação em urbanismo: cidade real X cidade virtual*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007, 368 p.

¹⁵⁹ ALMEIDA, C. M. de; CÂMARA, G., MONTEIRO, A. M. V. (org.), 2007, id., p. 8.

A gestão de um espaço urbano, aqui enfatizando prioritariamente uma área de patrimônio cultural, compreende sugerir e encontrar soluções para uma melhor utilização, preservação, uso e divulgação do território de interesse, tanto para a população autóctone quanto para os turistas que visitam o local. Neste momento será enfatizado o trabalho voltado para a gestão do patrimônio pelas instituições públicas.

Gestão é definida como “... a administração dos recursos e problemas *aqui* e agora, operando, portanto, no curto e no médio prazos.”¹⁶⁰ É a busca por conhecer as características das edificações, planejar serviços, melhorar o investimentos de recursos, usando os recursos atuais disponíveis para resolver as necessidades, como os instrumentos das geotecnologias. No patrimônio cultural, isto implica em administrar as áreas tombadas usando estes instrumentos, no sentido de como estes podem tornar as áreas mais atrativas e proporcionar maior qualidade para os visitantes que chegam ao local, que decisões podem ser tomadas para definir quais locais têm prioridade em investimentos em restauração, iluminação, reformas de pintura, quais caminhos ou roteiros são os melhores para serem seguidos pelos turistas etc.

A Gestão do Território consiste em examinar:

a dimensão espacial do processo de gestão, vinculando-se ao território sobre controle de um Estado, grupo social, instituição ou empresa. Trata-se do conjunto de ações que tem como objetivo, no plano imediato, a criação e o controle da organização do espaço.”¹⁶¹

Tendo em vista que o foco do trabalho é a gestão do patrimônio cultural arquitetônico, nesta pesquisa esta é definida como gerir um espaço que tem como aspecto principal a presença de um patrimônio material ou imaterial no espaço geográfico, visando melhorar sua preservação e divulgação, vinculados aos institutos de pesquisa, universidades, órgãos de tombamento, prefeituras, sociedade, turistas e demais usuários.

¹⁶⁰ SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 560 p.

¹⁶¹ CORRÊA, R. L. *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 1. 468 p.

O emprego da Cartografia é importante para a gestão municipal, pois é crescente a demanda por processos de integração de informações e o georreferenciamento das mesmas. No desenvolvimento dos SIG a ênfase tem se deslocado no manejo de grandes conjuntos de dados para a análise dos mesmos. Ao invés de descrever fenômenos, é possível traçar cenários, simular fenômenos, de modo a produzir informações espaciais antes não perceptíveis.¹⁶²

As atividades de gestão suscitam de um apoio para resolver problemas das áreas urbanas, onde a Cartografia Digital é ideal para ser utilizada, pois trabalha com o armazenamento, análise, divulgação dos dados espaciais, principalmente após o advento das geotecnologias.

Para os projetos envolvidos com patrimônio arquitetônico, o tratamento geográfico com geotecnologias pode beneficiar dois grupos distintos de usuários: o segmento de técnicos do planejamento e gestão do município e o segmento de usuários, turistas e o público em geral.¹⁶³ Para os técnicos do planejamento e gestão, permite verificar previamente se é viável ou não um projeto de preservação, tombamento ou manutenção do patrimônio; para os usuários, estes podem se localizar e conhecer mais facilmente o seu espaço urbano, os turistas podem ter acesso a dados georreferenciados dos locais visitados para informação da cultura, tipo de arquitetura em casos de casarões e história local; com o objetivo de divulgar, administrar e utilizar, da melhor forma, a área patrimonial, sem degradá-la e nem torná-la somente uma mercadoria “mistificada” para os turistas. Outros auxílios que as geotecnologias possibilitam:

- 1 - Produção de inventário de um Patrimônio Cultural construído: Através da Cartografia Temática é possível realizar um mapeamento com as edificações de uma

¹⁶² MOURA, A. Clara Mourão. *Geoprocessamento aplicado ao planejamento urbano e à gestão do patrimônio histórico de Ouro Preto – MG*. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/xxi_cc/177-SG42.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2007.

¹⁶³ SOUZA, M. L. de, 2002, op. cit.

área tombada, podendo assim distinguir os dados presentes em tais edifícios, como: localização, altura, área de construção, uso, estilo arquitetônico, tipo de tombamento, entre outros.

2 - Diagnóstico sobre o uso da terra de uma área tombada: Conhecendo-se os tipos de uso de cada edifício se pode diagnosticar se este segue um padrão adequado para a preservação, ou seja, se não contém usos próximos que prejudiquem a preservação das características culturais do local.

3 - Classificação dos edifícios para proteção contra incêndios¹⁶⁴: Dados como os materiais de construção e a data de construção de um casarão permitem que se façam medidas de prevenção contra incêndios, bem como alertar os seus usuários sobre quais restaurações devem ser realizadas na rede elétrica, quais eletrodomésticos ou eletroeletrônicos podem ser usados sem risco.¹⁶⁵

4 - Os impactos causados no patrimônio cultural com a construção e modificação de um espaço como um todo: Como exemplo, fazer simulações sobre a instalação de um comércio ou algum outro tipo de função, prevendo se este causará grande atração na circulação de veículos, pessoas, e se isto será prejudicial ou não ao local de patrimônio.

5 - Proteção e monitoramento do patrimônio cultural: Um banco de dados integrado ao mapeamento do patrimônio cultural poderá armazenar informações sobre o estado da infra-estrutura, as ações e frequências em que é feita a manutenção, que locais precisam de restauro urgente e o que falta ser melhorado.

6 - Gestão informatizada do patrimônio: Realizado o trabalho cartográfico completo, seguido de periódicas atualizações, como mapeamentos temáticos, trabalhos com

¹⁶⁴ Baseado no projeto de Rede Européia de Proteção do Patrimônio Cultural contra Incêndios.

¹⁶⁵ Em dezembro de 2007 no edifício onde estava localizada uma padaria ocorreu um incêndio, onde foi destruída praticamente toda a parte externa do edifício, sendo que este pertencia ao tombamento estadual. Se existissem medidas de proteção contra incêndio na gestão, isso não teria ocorrido.

imagens de satélites, fotografias aéreas, banco de dados, pode-se realizar um acompanhamento das ações de gestão através de um banco de dados integrado às informações cartográficas.

7 - Divulgação através de multimídia: Produção de atlas digital (cd-rom ou dvd), divulgação através de páginas de internet, documentários científicos, e outros.

8 - Definição de roteiros histórico-culturais: Com um mapa representando os temas sistema viário e edificações ou uma animação em 3D, pode-se construir um roteiro de passeio; sanando as dificuldades que muitos turistas encontram ao chegar em um local desconhecido, o que é confirmado através de muitos relatos feitos por turistas que chegam à cidade.

9 - Valorização de áreas de valor cênico no espaço urbano: A partir da construção de um modelo de superfície, com a altura e volumetria das edificações, pode-se destacar com melhor ênfase o valor cênico no patrimônio, permitindo aos usuários realizar “vôos” pelos mapas digitais produzidos do local histórico.

Alguns documentos (ou registros) que podem ser aplicados na gestão do patrimônio cultural são todos os elementos cartográficos que integram o conteúdo documental aos instrumentos de gestão territorial, como as plantas de delimitação da área, bem como os resultantes da expressão gráfica das servidões e restrições de utilidade pública em vigor.¹⁶⁶ Ou seja, empregar todo o trabalho cartográfico para uma ação efetiva, utilizando essas geoinformações na gestão cotidiana.

Em termos de geotecnologias de mapeamento, pode-se apontar a criação de atlas digitais, que utilizam e unem em um só documento vários documentos atuais como fotografias aéreas, ortofotos digitais, ortofotocartas, mapas digitais, imagens de satélite, bancos de dados e registros fotográficos; sendo este instrumento essencial como auxílio à

¹⁶⁶ PINTO, Jorge Teixeira. *O Modelo Oficial de Cartografia e o seu Papel no Desenvolvimento do Território*. Disponível em: <<http://www.igeo.pt/eventos/comunicacoes/Estoril/ModeloCartogGisPlanet05.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2008.

gestão do patrimônio cultural. Isto se justifica pela facilidade de armazenamento, manipulação e difusão desses dados, sem necessidade de grandes espaços para o trabalho e gastos temporais.¹⁶⁷

4.2 A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO ATLAS DIGITAL NA ATIVIDADE DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Conforme Matias¹⁶⁸ o primeiro passo para uma análise do patrimônio arquitetônico de uma área é selecionar os bens de significativo patrimônio (material e imaterial), sua classificação pelo estilo arquitetônico, utilizar se for possível a base cartográfica já existente (e como é disponibilizada). Essas etapas constituirão o embasamento para todo o trabalho de criação de um produto utilizando geotecnologias, como o Atlas Digital.

Os bens de significativo patrimônio que foram identificados e que estão norteando a elaboração do Atlas Digital foram os bens que no passado possuíram significativa contribuição para a formação e o povoamento da cidade e atualmente são considerados como referência à memória e identidade da população lapeana.

O Atlas Digital do Patrimônio Cultural da cidade da Lapa foi criado com o objetivo de fornecer subsídios e demonstrar as potencialidades fundamentais no que se refere ao mapeamento e análise do patrimônio cultural para fins de gestão. Os exemplos a seguir demonstrarão a utilização do que está construído neste trabalho e serve para a gestão.

Como no exemplo da Figura 21, Matias reforça a importância de utilização de ortofotos aéreas para áreas tombadas, no aspecto de que auxilia na correção de diferenças obtidas em vôo e no destaque para uma área de valor cênico relevante, pois

¹⁶⁷ No sentido de não precisar de escritórios grandes, para o uso de maquinários que ocupam espaço, acomodarem grande número de trabalhadores no local, os trabalhos são realizados de forma mais rápida e os resultados também, diferentemente da Cartografia Analógica, que exigia espaço para grandes equipamentos e os produtos finais demoravam muito tempo para serem concluídos.

¹⁶⁸ MATIAS, L. F., 2008 (inédito).

o uso de fotografias aéreas tradicionais e, mais recentemente, de ortofotografias aéreas, que possuem correção geométrica das distorções resultantes do voo aerofotogramétrico, o que os produtos tradicionais não contemplam, permite o uso efetivo desses produtos como um autêntico mapa, com uma característica ainda mais interessante que é o aspecto da informação visual (forma, padrão, textura etc.), embora numa perspectiva vertical, que no caso da visualização das características do patrimônio arquitetônico torna-se bastante interessante.¹⁶⁹

A Figura 22 demonstra um exemplo da possibilidade de visualização para elaboração de diagnóstico do estado de conservação de uma edificação tombada na Lapa (PR), que na gestão seria útil não somente para localização, mas para acompanhamento de uma futura

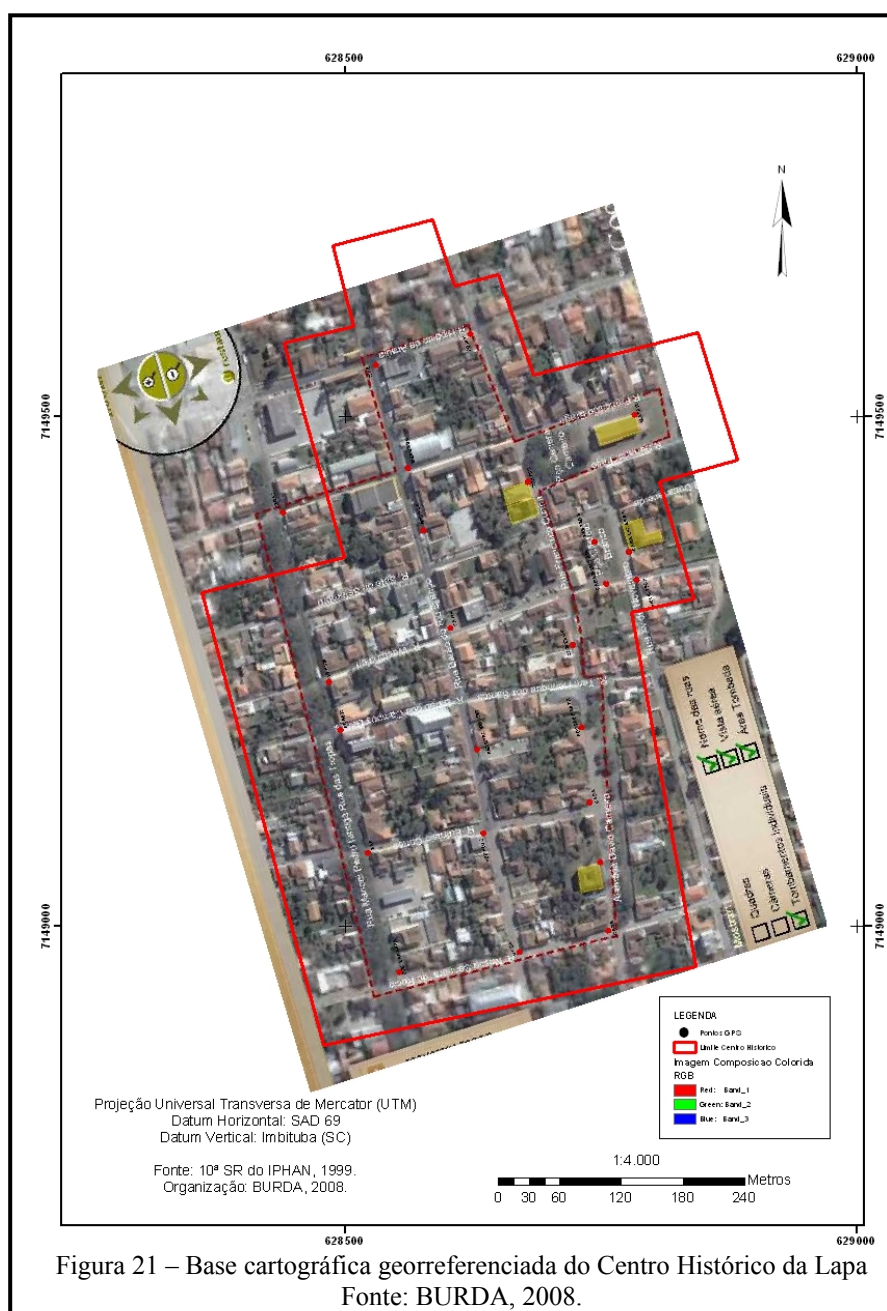


Figura 21 – Base cartográfica georreferenciada do Centro Histórico da Lapa
Fonte: BURDA, 2008.

¹⁶⁹ MATIAS, L. F., 2008 (inédito), ibid.



Clicando no polígono da igreja, aparece um link no banco de dados.



O banco de dados contém o atributo **FOTO** que remete a foto que está linkada ao banco e ao tema.

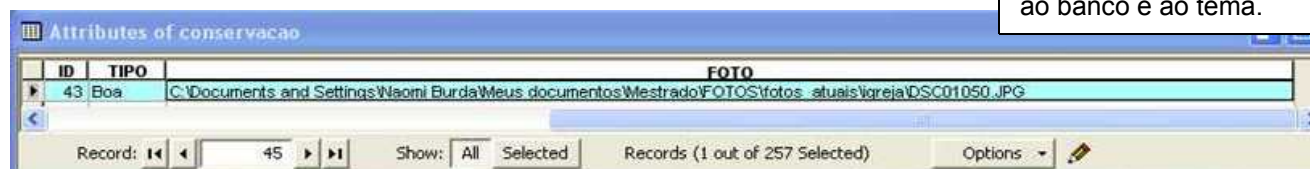


Figura 22 – Exemplo de consulta ao Atlas Digital: Igreja localizada na área central
 Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1999), saídas em campo (2008).
 Org.: BURDA, 2008

obra de restauração no local. A imagem do programa Google Earth (1999) destaca o Centro Histórico, juntamente com uma fotografia da parte frontal da igreja, primeiro monumento arquitetônico construído na cidade; e o tema edificações mapeado com o banco de dados vinculado.

Um levantamento considerável para o patrimônio arquitetônico voltado para o apoio turístico é com relação aos equipamentos que darão suporte às atividades turísticas. Através de um mapa, por exemplo, poderá se verificar que equipamentos urbanos faltam ser implantados para melhorar o uso do local pelos turistas, e também um maior aproveitamento do espaço pelos próprios habitantes. Uma das primeiras questões a serem respondidas é referente ao uso e ocupação da terra no local tombado, através de levantamentos obtidos em fotos aéreas ou imagens de satélite, bases cartográficas já existentes e verificações em campo.¹⁷⁰

A valorização do patrimônio construído é possível também pela qualidade da infraestrutura, observando a presença de equipamentos e mobiliário urbano no local, como vegetação arbórea (Mapa 6 - Anexo 2), iluminação pública, saneamento, entre outros. O diagnóstico desses tipos de infraestrutura pelos gestores implicará em atração de maior número de turistas e facilidade de acesso ao patrimônio cultural arquitetônico.

Outro elemento considerável para uma gestão adequada é o conhecimento sobre os materiais de construção que foram utilizados nos edifícios tombados. Através disso, os gestores podem escolher que pintura é mais adequada ao material, que tipo de proteção deve ser adotada para uma melhor conservação do imóvel e também prevenir eventuais incêndios que possam ocorrer no prédio (Mapa 10 - Anexo 2).

Além destas aplicações, outras que podem ser realizadas em uma gestão do patrimônio cultural numa área pública são:

¹⁷⁰ MATIAS, L. F., 2008 (inédito), *ibid.*

- a) Planos Diretores Municipais – Definir uma Zona de Proteção Especial ou até denominá-la Zona de Proteção Patrimonial (no mapeamento do zoneamento urbano), construção de cartas geotécnicas (áreas de risco geológico, criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio).
- b) Planejamento de Infra-estrutura – Simulações sobre novas construções de infraestrutura no local tombado, onde se deve averiguar se esta é cabível ou não de ser efetivada, sem prejuízo ao patrimônio.
- c) Gestão Ambiental – Mapeamentos temáticos sobre a vegetação, arborização, hidrografia para auxiliar a proteção ambiental.
- d) Obras Públicas – Atualização de um mapa com infra-estrutura com as novas obras realizadas no espaço urbano.
- f) Educação – Criação de atlas sobre o Patrimônio Cultural voltados como material para as escolas públicas, particulares e realização de palestras destinadas para a educação patrimonial.
- g) Cartas Turísticas – Novos mapas temáticos com a área de patrimônio delimitada, inserindo atrativos como museus, monumentos, fotografias, imagens aéreas e de satélites etc.
- h) Outras Cartas Temáticas.

Considerando essa gama de possibilidades de trabalhos com gestão empregando um atlas digital construído com geotecnologias, sugere-se neste trabalho uma contribuição para exemplos de como é relevante a potencialidade dos materiais cartográficos empregando recursos de Sistemas de Posicionamento Global (GPS), softwares de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto para áreas com um patrimônio cultural arquitetônico considerável.

Aqui é semeada uma nova alternativa de gerir o patrimônio de forma que acompanhe as mudanças realizadas pela sociedade, pois um SIG permite plenamente um trabalho de

atualização constante dos fenômenos estudados. Os benefícios são contribuir para uma mais adequada administração pública (prefeitura, institutos), social (população local) e turística (turistas). Também a agilidade para consultas, possibilidade de atualização e uma compreensão de um território que, muitas vezes, transparece aos olhos dos gestores de maneira abstrata.

Após a elaboração do Atlas Digital, a primeira questão a ser indagada é sobre como este instrumento pode auxiliar a uma gestão eficiente. A partir dos bancos de dados e mapas existentes no Atlas, podemos definir como pode ser empregado para a gestão.

Por exemplo, quando são conseguidas verbas de institutos para a restauração, como a gestão pode se definir quais casarões serão restaurados? A análise para estabelecer prioridades, por exemplo, será realizada com base no mapa sobre o estado de conservação dos casarões (Mapa 9 – Anexo 2).

Analisando este mapa, os casarões a serem restaurados primeiramente seriam os com estado de má conservação, onde temos oito casarões para obras de restauração. Destes, quatro estão concentrados na mesma avenida, onde a obra poderia ser começada, e o restante poderia ser em outras vias (Figura 23).

Se os gestores quiserem construir ou instalar um novo museu, uma praça, ou um centro cultural, pode verificar através dos mapas de uso da terra o melhor local para esta edificação (Mapa 20 – Anexo 2).

A gestão do patrimônio cultural para o turismo poderá contar com um material de apoio muito eficiente. Por exemplo, o mapa sobre a data de construção dos casarões (Mapa 5 – Anexo 2) mostra a antiguidade do patrimônio, assim justificando a sua preservação para os turistas e a população local.

Os roteiros turísticos são animações criadas com o objetivo de um material interativo de divulgação da cidade e auxílio ao turista que desconhece a cidade. Estes materiais são

importantes para diminuir as dúvidas sobre os melhores locais a serem visitados, bem como um melhor acesso em um espaço de tempo menor (ver cd-rom).

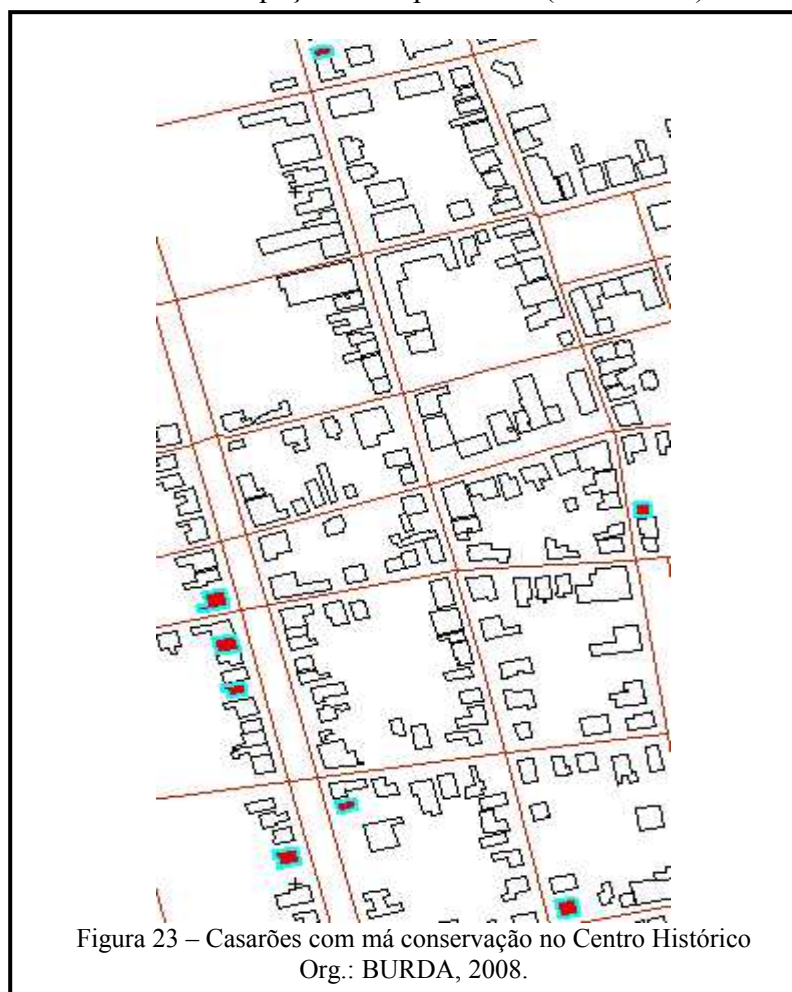


Figura 23 – Casarões com má conservação no Centro Histórico
Org.: BURDA, 2008.

A arquitetura das casas poderá ser compreendida através do mapa sobre os estilos arquitetônicos dos casarões, que elenca a concepção atual sobre os estilos arquitetônicos no Centro Histórico da Lapa.

Para concluir a aplicação do mapeamento temático para a gestão do patrimônio cultural, foi realizada a elaboração de uma animação através de roteiros turísticos para visitas no Centro Histórico. Estes são animações criadas com o objetivo de fornecer um material interativo de divulgação da cidade e promover o auxílio ao turista que desconhece a cidade. Assim se diminuirá as dúvidas sobre os melhores locais a serem visitados, bem como um melhor acesso em um espaço de tempo menor (ver cd-rom). A relevância deste mapa está em oferecer um material georreferenciado aos turistas e auxiliá-los em sua

localização e também se um grupo quiser visitar a cidade, poderá fazer um planejamento prévio aos locais de visitação.

Muitas vezes a dificuldade de gerir um território está exatamente focada em um ponto: a falta de dados georreferenciados e de uma equipe técnica que trabalhe junto aos gestores planejando e gerindo a cidade. Visto que nos dias de hoje a informação está acessível cada vez mais rápido e com os novos programas *on line*, disponível democraticamente à sociedade, esta pesquisa comprova a extrema importância da utilização das geotecnologias para gerir um patrimônio.

Muitas cidades já empregam em sua gestão as geotecnologias e a facilidade e rapidez de resultados é claramente percebida. Citamos o caso dos ambientes tridimensionais urbanos de Sidney, na Austrália, que auxiliam na constatação de ilhas de calor urbano e plantio de arborização no urbano.¹⁷¹ Os mapas de exclusão e inclusão social no ambiente urbano de São José dos Campos para a elaboração de ações de prioridade locais¹⁷²; a comparação da cidade legal/cidade ilegal em São José dos Campos (SP) para a implantação de uma qualidade ambiental na cidade.¹⁷³

Apesar da cidade da Lapa não ser um grande centro urbano, a política defendida nesta pesquisa é que sua gestão também adote esse processo, principalmente neste caso empregada à gestão do patrimônio cultural arquitetônico. Ressalta-se a importância desta cidade ser pioneira neste assunto, implantando uma metodologia inovadora para o tratamento do patrimônio tombado.

Através desta dissertação e das inúmeras possibilidades de gestão apresentada com os resultados do atlas, pode-se deixar uma questão para discussão final: como ficaria a

¹⁷¹ ALMEIDA, C. M. de; CÂMARA, G., MONTEIRO, A. M. V. (org.), 2007, id., p. 20-22.

¹⁷² ALMEIDA, C. M. de; CÂMARA, G., MONTEIRO, A. M. V. (org.), 2007, id., p. 83.

¹⁷³ ALMEIDA, C. M. de; CÂMARA, G., MONTEIRO, A. M. V. (org.), 2007, id., p. 138-159.

cidade se estivesse esse modelo implantado? A gestão poderia utilizar para inúmeros projetos, como:

- a) Planejamento urbano: a elaboração e refuncionalização do espaço efetivadas após consultas aos mapas, elaboração diagnósticos de construção de outras edificações.
- b) Turismo: a divulgação e a venda do Atlas Digital (cd-rom) para os turistas, em museus, centros de informação turística.
- c) Treinamento de recursos humanos: os guias turísticos poderiam estudar o material do Atlas Digital para auxiliar em seu trabalho no Centro Histórico.
- d) Educação: o Atlas Digital posteriormente poderia ser transformado em material didático e disponibilizado para os estudantes, desde o Ensino Básico até o Ensino Médio.
- e) Metodologia para outros locais – outras cidades poderiam implantar o mesmo modelo após uma experiência sobre a utilização do Atlas Digital na cidade.

Visto que são inúmeras as alternativas que este Atlas possibilita, cabe a gestão local e a população usufruírem deste material rico em informações sobre o espaço geográfico do Centro Histórico da Lapa.

Mas apenas isso não é necessário, a pesquisa sobre as características físico-territoriais do local, demográficas, registros iconográficos e os trabalhos já realizados por instituições para a preservação e tombamento são primordiais. Isso é justificado para formar um Atlas Digital o mais completo possível, já que além dos problemas de falta de trabalhos cartográficos na área patrimonial, e aqui não somente apontando a cidade da Lapa, mas em nível nacional; este deve ser um documento que servirá de consulta a todos os interessados por patrimônio, e estes devem encontrar informações variadas no produto final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi construir um Atlas Digital do patrimônio cultural arquitetônico da Lapa para subsidiar a sua gestão. Criar um Atlas Digital não foi tarefa fácil, pois praticamente não havia nenhum tipo de informação cartográfica que poderia ser uma saída para um ponto de partida. Por isso, os levantamentos juntos aos institutos de patrimônio e da prefeitura foram fundamentais para montar toda a base de dados.

A presente pesquisa apresentou importantes contribuições sobre o patrimônio cultural local lapiano. Algumas devem ser retomadas nesta última parte do trabalho. O patrimônio cultural compõe-se de duas formas de exploração e uso: a primeira, enquanto mercadoria, onde os promotores do desenvolvimento da cidade a utilizam para obter lucro; a segunda, enquanto identidade, sendo que a população local e os turistas se manifestam nela, como o “orgulho” de ser lapiano, os causos relatados pelos moradores, entre outros.

Em relação ao Centro Histórico, pode-se observar que o seu espaço urbano é marcado por uma grande variedade de usos da terra. Em trinta e seis quadras que o formam, todas elas são um misto de uso residencial, comercial, museus, monumentos, serviços públicos e privados. Viu-se que um espaço, mesmo consagrado ao tombamento, não para a sua interação e dinâmica com o restante da cidade. Ao mesmo tempo, temos vários territórios reproduzidos dentro do espaço urbano do Centro Histórico: o território dos moradores, o território dos trabalhadores, o território do funcionalismo público, o território “temporário” dos turistas etc. O elevado poder aquisitivo fará no futuro que o valor de troca desses lotes se eleve e, em determinado momento, chegará a ser uma questão de *status quo* morar no Centro Histórico.

No tocante a arquitetura dos casarões, o comentário que a Geografia pode explicar é que, os estilos presentes no local são frutos das classes sociais, etnias, formas de trabalho de uma sociedade, que povoou a cidade desde o século XVIII. Por isso, encontramos em uma mesma quadra casarios com estilo colonial português, uma porta espanhola em uma casa, uma casa em estilo inglês e uma praça com características cívico-militares.

O Atlas Digital foi o maior desafio deste trabalho. Como poderia ser elaborado um material que teria que ter qualidade e quantidade de informações sobre o Centro Histórico? Como foi a partida de um ponto “zero” em que foi deparado? A sistemática de trabalho nesta etapa foi coletar e criar uma metodologia de como transformar os dados documentais, bibliográficos e iconográficos em cartográficos.

Estudos sobre teorias cartográficas também foi primordial, pois o objetivo não era construir somente os mapas, mas disponibilizá-los de modo que todos pudessem acessá-los sem dificuldades. A escolha e utilização das geotecnologias foram porque, além de uma opção enquanto pesquisadora, estas apresentavam a forma mais eficiente e rápida de trabalhar com grande quantidade de dados. Enquanto o prazo para finalização deste trabalho foi de vinte e quatro meses, utilizando os meios digitais, pensa-se quanto seria o tempo utilizando meios analógicos?

Portanto, está claro que as geotecnologias foram fundamentais para este trabalho e para uma gestão deste, também os recursos informacionais devem ser a base para todo o processo.

Sugere-se que este trabalho não seja finalizado neste momento, mas sim reaproveitado por aqueles que têm um patrimônio cultural arquitetônico relevante em suas cidades, e desejam realizar uma gestão eficiente deste.

O Atlas Digital encontra-se em meio digital (cd-rom) de fácil acesso ao usuário que tenha interesse, com os mapas e as animações do Centro Histórico. Os dados

complementares (fotografias, conjunto de banco de dados, plantas) serão disponibilizados à gestão e ao público que deseje adotar a metodologia empregada, inexistente até o momento. Os mapas temáticos trabalham com dados que são fundamentais para um planejamento adequado e para auxiliar o turismo com um material diferenciado.

A sua contribuição está em disponibilizar, num único produto, bases de dados cartográficas que explicam a situação da arquitetura, infra-estrutura, usos da terra, qualidade e situação dos casarões; enfim, tudo o que precisa ser visto pelos olhos do poder público e que, devido à falta de um material como este, ainda não foi percebido. Porém, este deve ser um trabalho inacabado, onde os gestores devem aprender, aprimorar, atualizar, complementar e principalmente; implantar no processo de gestão patrimonial.

REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (org). *Memória e patrimônio*. Ensaios Contemporâneos. Rio de Janeiro. DP & A Editora, 2003.

ALMEIDA, C. M. de; CÂMARA, G., MONTEIRO, A. M. V. (org.). *Geoinformação em urbanismo: cidade real X cidade virtual*. São Paulo: Oficina de Textos, 2007, 368 p.

ALMEIDA, R. D. de. *Atlas municipais elaborados por professores: a experiência conjunta de Limeira, Rio Claro e Ipeúna*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622003000200003&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 13 ago. 2008.

ALMEIDA, R. D. de; SANN, J. Le. *Cartografia na escola: Atlas escolares*. Disponível em: <<http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ce/tetxt4.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

ALVES, R. L.; SANTOS, R. J. *As festas religiosas nos distritos de Uberlândia (MG) e sua inserção como atração turística da cidade*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002, Anais. João Pessoa: UFPB, 2002. CD-ROM.

ARCHELA, R. S. et al. *Atlas ambiental da cidade de Londrina*. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/>>. Acesso em: 10 set. 2008.

ACI. Disponível em www.aci.com. Acesso em: 01 mai. 2008.

BRASIL, A. I. *A contribuição da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná para o patrimônio cultural da Lapa*. [ago. 2007]. Entrevistador: Naomi Anaue Burda. Lapa, 2007. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida durante o expediente na Secretaria do Patrimônio Cultural do Paraná.

CALVENTE, M. del C. M. H.; GALVÃO FILHO, C. E. P. *A Geografia brasileira e os estudos relacionados ao turismo: uma análise dos trabalhos de dois eventos nacionais (2002 e 2004)*. Revista Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 506 p.

CIFELLI, G. *Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto- MG*. 2005, 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, 220 p.

CORRÊA, R. L. *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 1. 468 p.

_____. *O espaço urbano*. 2ª ed. Editora Ática. 1993, 94 p.

_____. *Os Centros de Gestão do Território: Uma Nota*. Território, 1, 1996.

_____. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

CRUZ, R. de C. A. da. *Geografia do Turismo: de Lugares a Pseudo-lugares*. Colaboradores: André Luiz Sabino, Fabio Silveira Molina, Rodolfo Pereira das Chagas. São Paulo: Roca, 2007. 140p.

DELAZARI, L. S. *Modelagem e implementação de um atlas eletrônico Interativo*. Disponível em: <http://www.rbc.ufrj.br/pdf582006/58_01_10.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2008.

EMPLASA. *Produtos cartográficos*. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/lojavirtual/cartograficos.asp>>. Acesso em: 10 mai. 2008.

ESRI. *Using ArcGIS Desktop*. Readlands, 2006.

FERREIRA, J. C. V. *O Paraná e seus municípios*. Cuiabá: Editora Memória Brasileira, 1996, 728 p.

GRZYBOWSKI, C. *A encruzilhada da globalização*. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/geo01.htm>>. Acesso em 07 ago 2008.

HARLEY, B. "Maps, knowledge and power" In: COSGROVE, D. e DANIELS, S., 1988. *The Iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge University Press, New York. Imhof, E., 1972, Tematische.

IBGE. *Cidades@*. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 03 jun. 2007.

_____. *Mapeamento das Unidades Territoriais*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_int.shtm?c=3>. Acesso em: 04 abr. 2008.

_____. *Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IPARDES. *Caderno Estatístico Município de Lapa*. Baseado no censo agropecuário de 1996 e 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 22 jan 2009.

IPHAN. *Casa Lacerda*. Curitiba, 2007. CD-ROM.

_____. *Carta de Atenas*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

_____. *Carta de Petrópolis*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

_____. *Carta do Restauero*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=242>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

_____. *Carta de Turismo Cultural*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

_____. *Carta de Veneza*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em 22 jul 2008.

_____. *Conceitos patrimônio material e imaterial*. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 29 abr 2007.

_____. *Declaração de São Paulo*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=260>>. Acesso em 22 jul. 2008.

_____. Decreto-lei nº 6.403, de 29 de dezembro de 1986. *Disciplina os procedimentos para o reconhecimento das isenções tributárias relativas aos imóveis de interesse histórico arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação ambiental*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=304>>. Acesso em 17 jul. 2008.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

_____. Decreto-lei nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977. *Promulga a convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=313>. Acesso em 17 jul. 2008.

_____. Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003. *Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. *Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=207>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

_____. *Patrimônio Cultural*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

_____. Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. *Regula a ação popular*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=229>>. Acesso em 17 jul. 2008.

_____. *Recomendação de Nairóbi*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

HARLEY, B. "Maps, knowledge and power" In: COSGROVE, D. e DANIELS, S., 1988. *The Iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge University Press, New York. Imhof, E., 1972, Tematische.

HARVEY, D. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.

JOLY, F. *A Cartografia*: Tradução Tânia Pellegni, Campinas, SP: Papirus, 1990.

LAPA, P. M. da; VERTRAG PLANEJAMENTO. *Plano Diretor Municipal*. 2003. Disponível em: <<http://www.lapa.pr.gov.br>>. Acesso em 29 jul 2008. p. 135.

LAUTERT, J. L. D. *A contribuição do IPHAN para o patrimônio cultural da Lapa*. [ago. 2007]. Entrevistador: Naomi Anaue Burda. Lapa, 2007. 1 cassete sonoro. Entrevista

concedida durante o expediente na 10ª Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

LEFÈBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 178 p. Tradução de Sergio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade.

LUCHIARI, M. T. D. P. *A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades*. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 17, 2005, p. 95-105.

MARTINELLI, M. *Curso de Cartografia Temática*. São Paulo: contexto, 1991, p. 180 p.

_____. *Cartografia Dinâmica: Tempo e Espaço nos Mapas*. GEOUSP – Espaço e Tempo: São Paulo, nº 18, p. 53-66, 2004.

_____. *O Atlas do Estado de São Paulo*. Boletim Goiano de Geografia Goiânia - Goiás – Brasil, v. 27 n. 2 p. 51-77 jan. / jun. 2007.

_____. *Os mapas da geografia*. GEOUSP – Espaço e Tempo: São Paulo, 2003.

MATIAS, L. F. *Geotecnologias e patrimônio arquitetônico: Potencialidades no mapeamento e análise para fins turísticos*. In: PAES-LUCHIARI, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (Org.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: (No prelo), 2008.

_____. *Por uma cartografia geográfica - uma análise da representação gráfica na geografia*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geociências (FFLCH). Universidade de São Paulo, 1996, 143 p.

_____. *Notas de aulas da disciplina de Geotecnologias*. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território, julho de 2007.

_____. *Sistema de informações geográficas (SIG): teoria e método para representação do espaço geográfico*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geociências (FFLCH). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MENEGUETTE, A. A. C.; MELO, A. C. de; SILVA, F. M. da. *Implementação e disponibilização de um atlas interativo para a Zona Azul de Presidente Prudente, SP*. Revista Brasileira de Cartografia nº 55/02. p. 35.

MONASTIRSKY, L. B. *Espaço Urbano: Memória Social e Patrimônio Cultural*. 2007 (no prelo).

_____. *“Ferrovia: patrimônio cultural, estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais”*. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC/CFH/PPGGeo, 2006, p.17.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Introdução ao Atlas SEADE da Economia Paulista*. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/introduc_ao.pdf>. Acesso em 10 mai. 2008.

MOURA, A. C. M. *Geoprocessamento aplicado ao planejamento urbano e à gestão do patrimônio histórico de Ouro Preto – MG*. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/177-SG42.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2007.

NEVES, Arinaldo Inácio das; VIANNA, Pedro Costa Guedes. *Mapoteca digital Humboldt*. Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2004, vol. VIII, núm. 170-64. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-64.htm>> [ISSN: 1138-9 788]. Acesso em: 16 jun. 2008.

NIGRO, C. Territórios do Patrimônio: tombamentos e mobilizações espaciais. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G., *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. Editora Contexto. VII Simpósio Nacional de Geografia, Universidade de São Paulo, Outubro, 2001.

OLIVEIRA, A. C. de et. al. *O uso do SIG como instrumento de planejamento do turismo: uma análise da cidade de Catas Altas da Noruega – MG*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, Goiânia, 2004, Artigos... Goiânia: UFG, 2004. 1 cd-rom.

OLIVEIRA, C. de. *Curso de Cartografia Moderna*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

ONU. *Modern cartography - base maps for worlds needs*. Lake Success, Washington: Department of Social Affair, 1949.

PARANÁ, S. do E. da C. *Lapa um passeio pela memória*. Coordenação Rosina Coeli Alice Parchen. Redação final Teresa Urban. Curitiba: SEEC, 1993. 173 p.

_____. Lei 1.211, de 15 de outubro de 1948. *Cria a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná*. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

_____. Lei 38, de 31 de outubro de 1935. *Institui a criação do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná*. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

_____. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/odules/conteudo/conteudo.php?conteudo=258>>. Acesso em: 25 jul. 2008.

PINTO, Jorge Teixeira. *O Modelo Oficial de Cartografia e o seu Papel no Desenvolvimento do Território*. Disponível em: <<http://www.igeo.pt/eventos/comunicacoes/Estoril/ModeloCartogGisPlanet05.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2008.

POLLERO, A. C. *Hospitalidade e consumo do espaço como desafio do processo produtivo do turismo*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002, Anais. João Pessoa: UFPB, 2002. CD-ROM.

RENK, V. *Turismo étnico em Curitiba e região metropolitana: uma questão de identidade*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, João Pessoa, 2002, Anais... João Pessoa: UFPB, 2002. CD-ROM.

RICOBOM, Arnaldo. *Introdução a História da Cartografia e das concepções da forma da Terra*. Curitiba, 2008, 40 p.

ROCHA, A. R. P. *A dialética entre o global e local: um olhar sobre o turismo e o patrimônio cultural*. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=tp&page=article&op=view&path%5B%5D=396&path%5B%5D=288>>. Acesso em: 10 out 2008.

RODRIGUES, A. M. *A cidade como direito*. Scripta Nova-Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidade de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (33), 1 de agosto de 2007.

SALES, F. et. al. *Utilização de técnicas de geoprocessamento no diagnóstico e zoneamento de densidade visual da paisagem da microbacia do córrego da Goiabeira – município de Ewbank da Câmara – MG, como forma dinamizadora do planejamento turístico rural*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6, Goiânia, 2004, Artigos... Goiânia: UFG, 2004. CD-ROM.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e Temporalidades Urbanas. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G., Editora Contexto. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. Editora Contexto. VII Simpósio Nacional de Geografia, Universidade de São Paulo, Outubro, 2001.

SALICHTCHEV, K. A. *Cartographic communication: its place in the theory science*. The Canadian Cartographer, 15(2): 1978, 93-100.

SANTOS JÚNIOR, C. do E. *Atlas do Paraná: o uso de novas tecnologias*. Disponível em: <<http://200.189.113.123/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/mapas/atlascomentados/parana.pdf?PHPSESSID=5473bd09b05c62a2485d044fee13f6ee>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 384 p.

SIEKIERSKA, Eva. *Electronic atlases and cartographic multimedia products: from CD-ROM to Internet*. São Paulo: ICA/USP, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 560 p.

SUERTEGARAY, D. M. *Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000, 240 p.

TAYLOR, D. R. F. *Geographical Information Systems: The microcomputer and modern cartography*. Oxford, England, Pergamon Press, 1991, 251 p.

UNIDAS, Organização das Nações. *Modern cartography - base maps for worlds needs*. Lake Success, Washington: Department of Social Affair, 1949.